



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 12ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - MANIFESTAÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/3/2012

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO RÔMULO VIEGAS

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas - Questões de ordem - Correspondência: Ofício - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2012 - Projetos de Lei nºs 2.936 a 2.948/2012 - Projeto de Resolução nº 2.949/2012 - Requerimentos nºs 2.609 a 2.630/2012 - Requerimento da Comissão de Esporte - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Rosângela Reis e dos Deputados Luiz Carlos Miranda, Délio Malheiros e Glaycon Franco - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Adelman Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Atas

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Questões de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, primeiramente aproveitou a oportunidade para lamentar a subserviência e o peleguismo do Congresso Nacional, especialmente da Câmara dos Deputados, que ontem se dobrou às exigências do “governo Fifa” e aprovou a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Trata-se de um verdadeiro retrocesso de uma grande conquista deste país. É lamentável ver Brasília de joelhos diante da exigência da Fifa. Sei que V. Exa., Deputado João Leite, como grande esportista que foi, deixou, de forma muito bonita, seu nome registrado no cenário do esporte brasileiro como goleiro da nossa seleção, do Clube



Atlético Mineiro e de times do exterior, passando por Portugal. V. Exa. há de concordar comigo que isso foi um retrocesso. Digo “governo Fifa” porque tenho a impressão de que a Fifa é um governo paralelo, acima de todos os outros governos da Terra. Aonde ela chega faz prevalecer sua vontade, mudando até as leis dos países.

Quero também congratular com as mulheres, parabenizando-as pela comemoração do Dia Internacional da Mulher. Na figura da Deputada Rosângela Reis, cumprimento todas as Deputadas e servidoras desta Casa, especialmente as que trabalham no Plenário e nos gabinetes. Ao mesmo tempo que faço esta homenagem, lamento notícias recentes que dão conta de que no ano passado foram registrados 600 mil boletins de ocorrência relacionados com violência contra mulheres em nosso país. Pasmem, V. Exas. e os que nos acompanham neste momento pela TV Assembleia: todos os dias morrem 10 mulheres vítimas de violência no Brasil!

Para terminar, há uma notícia que vem da Espanha e que acredito seja do conhecimento de muitas pessoas. É um absurdo o que as autoridades espanholas estão fazendo com brasileiros que chegam a esse país. Uma senhora de 77 anos foi a Madri para acompanhar sua sobrinha que mora lá, e, ao desembarcar, a Imigração lhe perguntou em que hotel ficaria. Sua sobrinha respondeu que ficaria com ela, em sua casa. Deputada Rosângela Reis, essa senhora de 77 anos está presa no aeroporto de Madri. A Espanha não tem nenhum respeito pelos brasileiros. Recentemente, registramos episódios constrangedores de brasileiros que estavam sendo repatriados no aeroporto. Ora, quero crer que merecemos mais respeito, especialmente os velhos de nosso país – e digo “velhos” com muito carinho, porque daqui a alguns meses estarei, com muito orgulho, inserido nessa classe chamada carinhosamente de terceira idade. Essa senhora de 77 anos está lá no aeroporto de Madri, vivendo como o personagem de Tom Hanks no filme “O terminal”.

Espero que o governo brasileiro se manifeste, que o nosso consulado em Madri se posicione, porque é inadmissível tratar qualquer pessoa dessa forma, principalmente uma senhora de 77 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fábio Cherm - Hoje, no Dia Internacional da Mulher, é importante realçar o valor que esta Casa e os parlamentares dão à figura da mulher. Recordo que ela enfrenta as maiores dificuldades pela sua própria constituição física e sensibilidade, mas tem demonstrado espírito inquebrantável. Posso citar a heroína francesa Joana d’Arc, que libertou a França dos ingleses. Não se trata apenas das feministas, que conseguiram várias conquistas no campo do direito civil, mas da mulher comum que tem a sua jornada tripla como mãe, esposa e profissional. Presto minha homenagem a todas as mulheres desta Casa, às Deputadas Rosângela Reis e Ana Maria Resende. É de peito aberto que mencionamos a nossa imensa admiração pela Presidenta Dilma Rousseff, que aos 17 anos já atuava a favor dos direitos democráticos; esteve presa por três anos e hoje é a Presidenta do País.

Neste momento de comemoração do Dia Internacional da Mulher, lembre-se do seu espírito pronto a superar adversidades, da resignação durante o período de gestação, da capacidade que tem de enfrentar tantos desafios com altivez e perseverança, inspirando a nós, pais e esposos. Eis minha homenagem à mulher mineira e à mulher brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Correspondência

- O Deputado João Leite, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.745/2011. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.745/2011.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32/2012

Altera o art. 21 da Constituição do Estado, ficando vedada a investidura e a nomeação para agentes públicos de pessoas inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 21 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte § 2º, ficando os §§ 2º e 3º reenumerados para §§ 3º e 4º, respectivamente, e o § 4º reenumerado para § 5º, com a seguinte redação:

“Art. 21 - (...)

§ 2º - É vedada a investidura em cargo ou emprego público e a nomeação para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de pessoas consideradas inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal.

(...)

§ 5º - A inobservância do disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.”

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Délio Malheiros - Adalclever Lopes - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Júlio - Antônio Lerin - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Doutor Viana - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Juninho Araújo - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Vanderlei Miranda.



Justificação: A Lei Complementar nº 135, de 2008, popularmente conhecida como Lei da Ficha Limpa, constitui um dos principais marcos legislativos da recente história da democracia brasileira. Oriunda de projeto de lei de iniciativa popular, a referida legislação tornou mais rígidos os critérios para a candidatura a cargos eletivos no País.

Na esteira do clamor popular, diversas ações normativas e projetos de leis análogos à Lei da Ficha Limpa foram implementados nos Estados e Municípios, com a finalidade de impedir também a investidura a determinadas funções e cargos que compõem a administração pública.

No caso de Minas Gerais não foi diferente, estando hoje em vigor dois instrumentos normativos que disciplinam e vedam a ocupação de cargos daqueles que se enquadram nas condições de inelegibilidade estabelecidas pela lei federal, a saber a Emenda à Constituição nº 85, de 2010, bem como o decreto do Governador nº 45.604, de 2011.

Em que pesem os grandes avanços trazidos pelas normas mencionadas, que de certo constituem evolução para a efetivação de princípios basilares da administração, sobretudo o da moralidade no trato na coisa pública, a legislação mineira ainda padece de lacunas que acabam por possibilitar a investidura de servidores que não detêm a idoneidade moral compatível com o exercício da função pública.

Cumpre esclarecer que os instrumentos normativos atualmente em vigor estendem os efeitos da Lei Complementar nº 135, de 2010, apenas aos servidores do Poder Executivo, bem como àqueles que ocupam determinados cargos de direção e chefia em órgãos da estrutura administrativa do Estado, não contemplando os cargos dos demais poderes, salvo a exceção do parágrafo único do art. 90 da Constituição Estadual.

Por outro lado, a aplicabilidade dos efeitos da legislação federal aos servidores do Poder Executivo está contemplada no decreto do Governador, instrumento normativo precário que não se reveste da segurança jurídica que reclama a matéria. A Emenda à Constituição nº 85, de 2010, por sua vez, só estende as condições de inelegibilidade da lei federal da ficha limpa como requisito para nomeação de servidor que ocupa cargo de direção e chefia.

Neste contexto, com a finalidade de alinhar a legislação aos anseios da sociedade, que reclama uma postura ética e conduta ilibada de todos os agentes públicos, esta proposta de emenda à Constituição tem o objetivo de estender os efeitos da legislação federal para a investidura e a nomeação a qualquer cargo da administração pública estadual, o que inclui as três esferas de poder, a saber, Executivo, Judiciário e Legislativo.

Por todo o exposto, os Deputados que esta subscrevem pugnam pela aprovação desta proposição.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial para emitir parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.936/2012

Declara de utilidade pública a Associação Desenvolvendo Vida e Missão - Advem -, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Desenvolvendo Vida e Missão - Advem -, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Tenente Lúcio

Justificação: A Associação Desenvolvendo Vida e Missão - Advem -, entidade sem fins lucrativos, fundada em 18/10/2009, com sede e foro na cidade de Uberlândia, é uma Associação constituída por tempo indeterminado, de caráter filantrópico e de assistência social, com a finalidade precípua de atender a todos que a ela recorram, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa ou política, sem quaisquer formas de discriminação.

No desenvolvimento de suas atividades, a Advem tem como finalidades promover e articular ações de assistência social, destinadas ao atendimento de necessidades básicas de membros da comunidade que não possuam condições de prover o próprio sustento de forma permanente ou provisória. Tem ainda como objetivos a proteção à família, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes por sua integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Visa, portanto, a promover projetos de enfrentamento à pobreza, para garantir a melhoria das condições de subsistência e elevação da qualidade de vida.

A Advem poderá promover convênios, contratos e termos de parcerias com pessoas físicas, jurídicas de direito público e de direito privado, nacionais e estrangeiras, a fim de melhor cumprir suas finalidades.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.937/2012

Torna obrigatório o oferecimento de cursos de primeiros socorros a parturientes nos hospitais e nas maternidades do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de oferecimento de cursos de primeiros socorros nos hospitais e nas maternidades do Estado, destinados a orientar as parturientes com bebês de até dois anos a como agir em situações de emergência.

Art. 2º - O curso será ministrado mensalmente por profissionais especializados da área da saúde ou por servidor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º - Cabe ao Poder Executivo definir a data de implementação dos cursos a que se refere esta lei e a fiscalização de seu cumprimento através de sua regulamentação no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.



Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Ana Maria Resende

Justificação: Os cursos a que se refere este projeto de lei orientarão as parturientes a tomar as primeiras providências diante de uma situação de emergência em relação aos seus bebês, enquanto aguardam o socorro dos profissionais competentes.

O engasgo, por exemplo, é um dos principais vilões dos recém-nascidos. Esse problema ainda assusta principalmente as mães de primeira viagem, sobretudo em relação aos primeiros socorros, pois o bebê fica impossibilitado de respirar, o que pode ser fatal se não houver socorro imediatamente.

Outros acidentes comuns são provenientes do envolvimento da criança com fogo, veneno, balde de água com sabão, tomadas, fio elétrico, faca, tesoura, agulhas, detergente, remédios, álcool, tinta, escada, piscina e outros.

Apesar das dificuldades, o esclarecimento pode evitar complicações. Por isso, é importante que os hospitais e maternidades ofereçam às mães cursos de orientação sobre como proceder em cada caso.

Conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.938/2012

Ficam obrigadas as operadoras de cartão de crédito e débito, caso o cartão tenha sido recusado, a imprimir no ato da compra de seu cliente um relatório informando o motivo pelo qual a compra não foi efetivada.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as operadoras de cartão de crédito e débito obrigadas a emitir um relatório no ato da compra, caso o cartão do cliente tenha sido recusado, informando o motivo pelo qual ocorreu a negativa da compra.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo fiscalizar e punir as operadoras de cartão de crédito e débito caso não efetuem esse procedimento.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: O vertente projeto de lei obriga as operadoras de cartão de crédito e débito, caso o cartão tenha sido recusado, a imprimir no ato da compra de seu cliente um relatório informando o motivo pelo qual foi negada a compra.

Tal medida se faz necessária para garantir mais transparência aos clientes que não conseguem efetuar a compra com o cartão. É público e notório que essa forma de pagamento é uma das mais utilizadas nos comércios atualmente e assim precisamos tomar medidas contra os abusos das operadoras. Existem muitos casos em que a pessoa tem crédito e não consegue efetuar suas compras, o que causa momentos de constrangimento e desrespeito e contraria principalmente o código de defesa do consumidor, que exige informações transparentes aos consumidores.

Assim, com essa medida, cada cliente terá como provar, se necessário for, aos órgãos competentes algum tipo de dano que tenha lhe sido causado pela instituição de cartão de crédito e débito.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.939/2012

Declara de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Progressista de Divisa Alegre - ADPDA -, com sede no Município de Divisa Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Progressista de Divisa Alegre - ADPDA -, com sede no Município de Divisa Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Carlos Henrique

Justificação: A Associação do Desenvolvimento Progressista de Divisa Alegre tem por finalidade congregar pessoas físicas e jurídicas com o propósito de promover atividades direcionadas à educação e ao desporto, visando a conscientização, a valorização da vida humana e a integração de seus associados ao mercado de trabalho.

O trabalho realizado pela entidade é de suma importância para a população do Município, pois atende às demandas de uma das regiões mais carentes do nosso Estado. É uma entidade com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, cujo objetivo principal é trabalhar no combate à fome e à pobreza da região.

Conforme documentação anexa, comprova-se que os membros de sua diretoria são pessoas reconhecidamente idôneas e não recebem nenhum tipo de remuneração pelo exercício de suas funções.

A concessão do título declaratório de utilidade pública possibilitará à instituição firmar parcerias com órgãos governamentais, viabilizando sua finalidade com maior facilidade.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste projeto.



- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.940/2012

Dispõe sobre o serviço público de transporte individual de passageiros por táxi convencional prestado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica autorizado o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a firmar convênio com a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS - para estabelecer as regras sobre a livre operação dos permissionários do serviço de transporte remunerado de passageiros por táxi de Belo Horizonte no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

João Vitor Xavier

Justificação: Aproximadamente 500 taxistas dos Municípios de Lagoa Santa e Confins possuem autorização para atender aos passageiros que chegam ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Conforme noticiado na mídia, “o Aeroporto Internacional Tancredo Neves terá o Terminal 1 totalmente reformado e receberá um terminal provisório para cargas e para servir como conexão para passageiros que tenham como destino as demais cidades do Sudeste e do Sul do Brasil. Com as intervenções, a capacidade operacional do terminal passa dos atuais 5,5 milhões de passageiros/ano para 8,5 milhões de passageiros/ano. E a expectativa é de que o aeroporto atinja 8,5 milhões, capacidade máxima prevista, em meados de 2012”.

Tais medidas poderiam ser motivo de comemoração se não fosse a insuficiência de táxis, já que as frotas de Lagoa Santa e Confins são insuficientes para atender a demanda de passageiros. Tal situação estimula, ainda, o transporte irregular.

O sistema de táxi de Belo Horizonte é considerado o melhor da América Latina e serve de referência para outros Estados brasileiros, sendo fiscalizado pela BHTRANS, órgão da administração indireta do Município de Belo Horizonte. Possui uma frota aproximada de 6 mil táxis, razão pela qual a livre operação desses taxistas no Aeroporto de Confins poderia minimizar a defasagem. Vale ressaltar que a frota deve atingir o número de 6.560 permissões, em face de licitação que está sendo realizada.

Por sua importância, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.941/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de vistoria pelos parques de diversões e estabelecimentos congêneres e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os parques de diversões e estabelecimentos congêneres ficam obrigados a fazer realizar vistoria em seus equipamentos por profissionais ou empresas habilitadas junto ao respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea-MG.

Art. 2º - O funcionamento dos parques de diversões e estabelecimentos congêneres dependerá, obrigatoriamente, da obtenção de Laudo Técnico que comprove perfeitas condições:

I - de montagem e funcionamento dos equipamentos, conforme as especificações do fabricante;

II - de segurança para o público a que se destinar, com classificação de faixa etária.

Parágrafo único - O laudo técnico a que se refere o “caput” deste artigo deverá:

a) ser emitido por profissional legalmente habilitado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea-MG - respectivo;

b) ser precedido de Anotação de Responsabilidade Técnica registrada no Crea-MG;

c) terá validade máxima de 1 (um) ano.

Art. 3º - Os parques de diversões e estabelecimentos congêneres que descumprirem esta lei estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência, na primeira ocorrência;

II - multa, no valor de 1.000 Ufemgs (mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), cobrada em dobro em caso de reincidência.

III - multa equivalente ao dobro da prevista no inciso II deste artigo, nas ocorrências subsequentes, e suspensão temporária das atividades do infrator pelo prazo máximo de trinta dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Marques Abreu

Justificação: Recentemente, um acidente ocorrido no parque de diversões Hopi Hari, em Vinhedo, Estado de São Paulo, provocou a morte de uma adolescente. Esse fato teve grande repercussão nacional, em razão da sucessão de erros ocorridos no manuseio e funcionamento do brinquedo. Chamou a atenção do País para a ausência ou má manutenção nos brinquedos e a falta de fiscalização do poder público, o que permitiu o uso do equipamento defeituoso, prejudicando a segurança dos frequentadores e colocando em risco o nosso bem mais precioso, a vida.



Sob esse enfoque, esta Casa não pode se omitir diante de tão lamentável episódio, revelando-se necessária legislação estadual visando aumentar o rigor da fiscalização e a prevenção, evitando-se a repetição desse acontecimento.

Nesse sentido, foi elaborada esta proposição, que, sem onerar o Estado, cria a obrigação de se fazer vistoria nos parques de diversões e estabelecimentos congêneres, sob supervisão de profissionais ou empresas habilitadas junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea-MG -, sem prejuízo da aplicação das demais normas relativas à questão, inclusive de outros entes, em vigor.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta relevante iniciativa legislativa no Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.942/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores do Córrego do Macaco e Adjacências – Aprocama -, com sede no Município de Entre Folhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores do Córrego do Macaco e Adjacências – Aprocama -, com sede no Município de Entre Folhas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Gustavo Valadares

Justificação: Esta proposição de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores do Córrego do Macaco e Adjacências - Aprocama -, com sede no Município de Entre Folhas.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que tem como finalidade incentivar a união dos moradores da comunidade, promover a integração entre os associados, melhorando suas condições de vida; assistir famílias de agricultores e fomentar suas atividades; desenvolver canais de comercialização dos produtos de seus associados, através de feiras e lojas; implementar programas que contribuam para a segurança alimentar e trabalhar na defesa do meio ambiente, entre outras.

Como a Associação está em pleno funcionamento há mais de um ano, sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções e a entidade desenvolve importante trabalho de afirmação das ações de desenvolvimento local, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública estadual.

Pelo mérito deste projeto, espero pelo apoio dos nobres colegas desta Casa Legislativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.943/2012

Declara de utilidade pública o Roupeiro Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Ituiutaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Roupeiro Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Ituiutaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Zé Maia

Justificação: O Roupeiro Santa Rita de Cássia é uma entidade de direito privado de caráter assistencial, educacional, cultural e de promoção humana. Sem fins lucrativos, tem sua diretoria constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que desenvolvem atividades voluntariamente. Com sede no Município de Ituiutaba, tem por finalidades estatutárias promover a recuperação de dependentes químicos, bem como de portadores de outros vícios ou desvios de personalidade, e sua reintegração à sociedade, a todos assistindo sem distinção de classe, sexo, raça, cor, nacionalidade ou religião; realizar ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa carente e à construção de uma sociedade justa e solidária; representar os assistidos junto a instituições, órgãos públicos e privados; e promover a busca de recursos para as atividades e iniciativas da comunidade, como atividades educativas, esportivas e de lazer, entre outras. O título declaratório de utilidade pública possibilitará a continuidade das atividades realizadas, tendo em vista a obtenção de recursos oriundos do Estado. Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.944/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados por Invalidez - Adapi -, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados por Invalidez - Adapi -, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Rosângela Reis



Justificação: A Associação dos Aposentados por Invalidez - Adapi -, com sede no Município de Ipatinga, em funcionamento desde 13/12/2010, é uma entidade civil de duração indeterminada e sem fins econômicos que não remunera os membros da sua administração, aplica a totalidade de suas receitas no cumprimento de suas finalidades estatutárias e tem como principais objetivos: a integração dos aposentados por invalidez na luta por seus direitos e na busca da justiça social, por meio de encontros, cursos, seminários, debates e oficinas; a promoção de cursos de qualificação profissional e de geração de emprego e renda e a criação de núcleos para que os aposentados por invalidez e seus familiares desenvolvam atividades produtivas

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.945/2012

Declara de utilidade pública a Fundação Dirce da Silveira Figueiredo, com sede no Município de Matozinhos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Dirce da Silveira Figueiredo, com sede no Município de Matozinhos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Adalclever Lopes

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.946/2012

Institui o Dia da Ecologia Empresarial.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia da Ecologia Empresarial, a ser celebrado, anualmente, em 27 de outubro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Fred Costa

Justificação: Ecologia é a ciência que estuda as interações entre os organismos e seu ambiente, ou seja, é o estudo científico dos seres vivos e das interações com o meio ambiente que determinam a sua distribuição. A palavra “ecologia” significa o estudo do lugar onde se vive.

Partindo do pressuposto de que no mundo atual o ser humano passa mais de 80% de seu tempo no ambiente de trabalho e de que o mercado de trabalho é formado por empresas, nenhuma dessas empresas ou instituições pode ser compreendida somente como prestadora de serviços. Ao contrário, ela é peça fundamental na transformação das pessoas que ali exercem sua profissão ou ali são atendidas.

Surge, então, o conceito de “ecologia empresarial”, que é uma teoria administrativa que interpreta cada organização como um organismo social vivo.

José Sintra Mourão, nascido em 27 de outubro, foi o precursor dessa teoria, implantando tal conceito na Cemig, juntamente com seu assessor Raul Marinuzzi, que posteriormente veio a divulgá-lo nacionalmente.

Raul Marinuzzi afirma que o princípio para a ecologia empresarial é simples: para chegar à otimização da organização, deve-se proporcionar ao funcionário a oportunidade de que ele “se realize, ao realizar”, ou seja, ao executar suas tarefas. Um dos princípios filosóficos da ecologia empresarial é a necessidade de um conhecimento abalizado de pessoas, tarefas e ambiência - ambiente físico associado ao clima psicológico - que compõem cada organização.

Entre os diversos livros de Raul Marinuzzi, podemos citar “Ecologia empresarial: novo conceito de sistemas de recursos humanos” e “Ser integral” cujo foco é a pessoa à luz da ecologia empresarial. A base da ecologia empresarial é o aproveitamento do potencial humano, o qual só se torna possível por meio da criação de uma ambiência que propicie a plena manifestação de cada colaborador, como um ser humano integral, formado por componentes biológicos, intelectuais, sociais e espirituais.

Assim sendo, considero de suma importância o reconhecimento do conceito de ecologia empresarial, na forma da criação de um dia comemorativo específico para ele.

Com o intuito de prestar homenagem ao seu precursor, sugere-se como data comemorativa o dia 27 de outubro.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.947/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Entre Rios de Minas - Apadeq -, com sede no Município de Entre-Rios de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Entre Rios de Minas - Apadeq -, com sede no Município de Entre-Rios de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Fabiano Tolentino

Justificação: A Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Entre Rios de Minas é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem entre suas finalidades precípuas promover, através da informação e orientação, o combate à doença da dependência química, bem como os caminhos para a recuperação, o bem-estar e a reintegração social dos dependentes, residentes em Entre-Rios de Minas, além de estimular os estudos e pesquisas relacionados com a recuperação do dependente químico.

A Apadeq está em pleno funcionamento há mais de um ano e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.948/2012

(Ex-Projeto de Lei nº 3.989/2009)

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Vida e Esperança Tirol, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Vida e Esperança Tirol, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Durval Ângelo

Justificação: Tendo em vista os relevantes serviços prestados pela Associação Comunitária Vida e Esperança Tirol, com sede no Município de Belo Horizonte, e o compromisso fiel com suas finalidades estatutárias, buscamos declarar a entidade como de utilidade pública. Essa declaração permitirá que se torne apta a realizar projetos maiores no desenvolvimento de suas atividades.

Diante do importante trabalho que realiza, a instituição por certo terá reconhecimento dos nobres colegas, que se empenharão na aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.949/2012

Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, nos termos do disposto no art. 62, XXII, da Constituição do Estado, as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2009.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2012.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 218, § 1º, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.609/2012, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao "Jornal Centro de Minas" pelos 17 anos de sua fundação. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.610/2012, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Grupo Plantar pelos 45 anos de sua fundação. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.611/2012, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte pelos 100 anos de sua fundação. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 2.612/2012, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências com vistas a que se apresente uma solução para os problemas estruturais do prédio da Justiça da Primeira Instância em Belo Horizonte, onde trabalham 200 servidores. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.613/2012, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para aumentar o número de policiais militares e de viaturas que atendem o Bairro Laguna, em Contagem, especialmente nas proximidades da Escola Municipal Maria Silvia Lucas, o Caic Laguna.

Nº 2.614/2012, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para aumentar o número de policiais militares e de viaturas que atendem o Bairro Laguna, em Contagem, especialmente nas proximidades da Escola Municipal Maria Silvia Lucas, o Caic Laguna. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.615/2012, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de providências relativas à falta de água, há mais de seis dias, nos Bairros São Cosme, Gávea e Palmital, em Santa Luzia.



Nº 2.616/2012, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências relativas à falta de água, há mais de seis dias, nos Bairros São Cosme, Gávea e Palmital, em Santa Luzia. (- Distribuídos à Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 2.617/2012, do Deputado Fred Costa, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Prefeitura Municipal de Catas Altas pela administração 2009-2012. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.618/2012, do Deputado Ulysses Gomes, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação de Hotéis e Pousadas de Monte Verde, que comemora oito anos de fundação com relevantes serviços prestados ao desenvolvimento do turismo no Sul de Minas. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 2.619/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Margarida Brochado pelos 80 anos de sua fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.620/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. Zenaido Lima da Fonseca e Irani Muniz Leão, extensionistas da Emater-MG em Arcos, pela coordenação do Programa Minas sem Fome nesse Município. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 2.621/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. Lavater Pontes Júnior e Divino de Paula Peres, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Tapira, pelos 49 anos de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.622/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Polícia Rodoviária Federal pela operação executada no Carnaval, reduzindo significativamente o número de vítimas do trânsito nas rodovias federais que cortam o Estado. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.623/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a regulamentação da Lei nº 18.372, de 5/9/2009, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.072, de 5/4/2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.624/2012, do Deputado Duílio de Castro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de providências para que o Estado formule junto ao Confaz proposta de alteração do Convênio ICMS 03/07, celebrado pelos Estados e pelo Distrito Federal, que concede isenção do ICMS nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo com características específicas para ser dirigido por motorista com deficiência física, com o objetivo de reduzir de três para dois anos o período mínimo em que o benefício pode ser utilizado. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 2.625/2012, do Deputado Luiz Henrique, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ministra do STF, por sua eleição para o cargo de Presidente do TSE.

Nº 2.626/2012, do Deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Kemil Said Kumaira, ex-Presidente desta Assembleia Legislativa, ocorrido em 6/3/2012, nesta Capital. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.627/2012, da Deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de providências para o reinício das obras de implantação e pavimentação da rodovia que liga Marliéria ao Parque Estadual do Rio Doce. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 2.628/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as razões do apagão ocorrido em 2/3/2012, que atingiu alguns bairros da Capital e algumas cidades das regiões metropolitanas e Central do Estado. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.629/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a estudante Mariana Silva Vilas Boas pela aprovação em processo seletivo para o curso de Medicina em 11 instituições do País. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Anexe-se ao Requerimento nº 2.492/2012, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 2.630/2012, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto, Diretora-Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, pelos 20 anos de fundação dessa instituição. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Anexe-se ao Requerimento nº 2.491/2012, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Da Comissão de Esporte em que solicita seja divulgado na mídia da Assembleia o XIV Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa, com o tema "Desporto, cultura, estética e excelência", a ser realizado nesta Capital, de 2 a 5/4/2012. (- À Mesa da Assembleia.)

Oradores Inscritos

- A Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda, Délio Malheiros e Glaycon Franco proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.



Questões de Ordem

O Deputado Elismar Prado - Obrigado, Sr. Presidente. Quero apresentar um requerimento. Na verdade, por meio deste requerimento, apelo ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços e Abastecimento de Água e de Esgotamento sanitário de Minas Gerais - Arsae - para que sejam tomadas providências urgentes e necessárias diante da falta de água há mais de seis dias nos Bairros São Cosme, Gávea, Palmital e Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Isso está causando um transtorno muito grande a todas as comunidades desses bairros e aos comerciantes, que estão há quase uma semana sem água, serviço essencial para a qualidade de vida, direito humano declarado pela ONU, direito à saúde, à dignidade humana. Infelizmente, neste momento em que não somente os moradores da Região Metropolitana estão sofrendo com a falta de água, chegam denúncias em nosso gabinete de todas as partes do Estado. Afinal de contas, a Copasa atua em mais de 600 Municípios. As pessoas pagam suas contas e muitas vezes não têm sequer a prestação do serviço de esgoto. Solicito aos nobres pares o apoio a esse requerimento, especialmente neste momento em que a Copasa ainda não divulgou o índice, mas solicitou mais um reajuste na conta de água. Muitas pessoas denunciam o descaso da empresa. Dizem que o povo de Minas Gerais paga água a preço de vinho. A Copasa bate recordes de lucratividade todos os anos, mas não distribui seus ganhos com os consumidores. Na verdade, amplia o repasse aos acionistas. O serviço de abastecimento de água e esgoto não deve ser tratado como mera mercadoria. A população está sofrendo com a conta abusiva de um serviço que não é devidamente prestado. No requerimento citamos os bairros que estão há quase uma semana sem água: São Cosme, Gávea, Palmital e Santa Luzia, na Região Metropolitana. O jornal "Hoje em Dia" de hoje publicou matéria falando da ameaça de falta de água até o segundo semestre de 2012. Isso é uma desumanidade. Apresentamos novamente esse requerimento, além de outras ações e representações feitas no Ministério Público, em parceria com o Deputado Federal Weliton Prado, que já havia iniciado uma luta muito antiga em defesa dos consumidores de Minas Gerais em relação ao serviço prestado pela Copasa e à taxa de energia elétrica. Infelizmente a população paga uma conta caríssima, absurda e abusiva, por um serviço que não é prestado com a devida qualidade. Em determinado Município, a população reclamou de mau cheiro e, quando foram verificar, depois de muito tempo, viram que havia um corpo dentro do reservatório de água. Exemplos como esse ocorrem em todo o Estado. Estamos prestando o nosso trabalho de fiscalização e de defesa dos consumidores mineiros. Em momento oportuno, Sr. Presidente, relatarei todos os casos que chegam ao nosso gabinete. São inúmeras as reclamações e denúncias em todo o Estado de Minas em relação à prestação dos serviços da Copasa e da Cemig. Sr. Presidente, solicito, de plano, o encerramento da reunião, devido à falta de quórum.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, peço recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Carlos Miranda) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 8 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 13/3/2012.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/2/2012

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, Defensora Pública; Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; Alex Sandro Gonçalves Pereira, Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego (24/1/2012); Jairo Nogueira Filho, Coordenador-Geral do Sindieletró-MG, e Octacílio Machado Júnior, Presidente da Cohab Minas (28/1/2012). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei n.ºs 1.711, 2.529, 2.612 e 2.655/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n.ºs 2.196, 2.206, 2.207, 2.249, 2.258, 2.266, 2.271, 2.272, 2.274, 2.276 e 2.302/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para posterior apreciação, requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhada à Cemig denúncia, apresentada pelo Sindieletró-MG, de não abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho após acidente fatal envolvendo o trabalhador terceirizado Osmar Vieira da Silva, da Engelminas, em 22/11/2011; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública com a finalidade de discutir os reflexos do Projeto ViraVida e de debater os efeitos do projeto de qualificação profissional aprovado pelo governo de Minas Gerais junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – Celinho do Sinttrocel – Luiz Carlos Miranda – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/2/2012

Às 14h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Carolina Queiroz Alves, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (substituta); Denilva de Almeida Nunes, Coordenadora-Geral (substituta) de Convênios da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (3); do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2); e dos Srs. José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (substituto); Juliano Alcântara Noman, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda; Luiz Fabrício Vieira Neto, Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça (2); Marcos Alberto Barbosa de Carvalho, Chefe da Divisão de Convênios (substituto) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2); Marx Fernandes dos Santos, Superintendente Regional da CEF (4); Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; Rafael Vieira Fernandes de Castro, Chefe do Serviço de Acompanhamento de Convênios (substituto) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2); e Dos Reis Rodrigues de Souza, Presidente da Associação Centro de Formação e Renovação de Vida (9/2/2012); Euvaldo Mascarenhas Bittencourt Junior, Coordenador-Geral de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Marx Fernandes dos Santos, Superintendente Regional da CEF (7); e da Sra. Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (17/2/2012). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei n°s 2.729/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 2.730/2011 (Deputado Gustavo Perrella) e 2.731/2011 (Deputado Romel Anízio), no 1º turno; e Ofício n° 3/2011 e Mensagem n° 40/2011 (Deputado Zé Maia), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer do Balanço Geral do Estado, encaminhado pela Mensagem n° 40/2011, o qual conclui pela apresentação de projeto de resolução, registrando-se voto contrário do Deputado Ulysses Gomes (relator: Deputado Zé Maia); e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 235/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio); 767/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella); 1.032/2011 (relator: Deputado Ulysses Gomes); 1.208/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier) e 1.732/2011 (relator: Deputado Doutor Viana), todos na forma dos Substitutivos n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 679/2011 na forma do Substitutivo n° 2, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, com rejeição do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Perrella); 737/2011 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas n°s 1 e 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: Deputado Antônio Júlio); 2.093/2011 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial (relator: Deputado Ulysses Gomes); 2.196 e 2.729/2011 com as Emendas n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Vítor Xavier); 2.730/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella); 2.731/2011 (relator: Deputado Romel Anízio); e pela rejeição do Projeto de Lei n° 1.363/2011 (relator: Deputado Ulysses Gomes). O parecer sobre o Projeto de Lei n° 1.281/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Doutor Viana. Os Projetos de Lei n°s 2.523/2011 e 198/2011 são retirados de pauta, respectivamente, por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais, e atendendo-se a requerimento do Deputado Romel Anízio aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei n° 1.018/2011 é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Defesa Social. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Zé Maia em que solicita seja realizada reunião para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado relativamente ao último quadrimestre de 2011; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião para debater a proposta, em tramitação no Congresso Nacional, de uma nova divisão dos Fundos de Participação dos Estado e dos Municípios e seus reflexos para o Estado; e Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a proposta de emenda à Constituição Federal que eleva de 22,5% para 26% o repasse obrigatório dos ativos de arrecadação tributária da União para o Fundo de Participação dos Municípios. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2012.

Zé Maia, Presidente – Antônio Júlio – Dalmo Ribeiro Silva – Gustavo Perrella.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM 1º/3/2012

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bonifácio Mourão e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência comunica que já foi constituída uma comissão com representantes da assessoria, gabinetes desta Presidência e do Relator e Secretaria



Geral da Mesa para tratar dos encontros regionais. Comunica ainda que a Secretaria Geral da Mesa já está providenciando a remessa do “folder” sobre a dívida pública confeccionados por esta Casa às autoridades citadas no requerimento do Deputado Bonifácio Mourão para conhecimento e que o Sociólogo Paulo Delgado será ouvido por esta Comissão no próximo dia 8/3, quinta-feira, às 9h30min. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Rômulo Viegas em que solicita seja enviado às bancadas mineiras da Câmara dos Deputados e do Senado pedido de providências para que seja incluída a questão da dívida do Estado com a União em suas agendas de trabalho e para que seja marcada audiência com estas autoridades para discutir a questão. Neste momento, registra-se a presença da Deputada Liza Prado e dos Deputados Antônio Júlio e Duarte Bechir. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Bonifácio Mourão, Rômulo Viegas, Adelmo Carneiro Leão, Duarte Bechir, Antônio Júlio e Liza Prado em que solicitam seja realizada visita ao Governador do Estado para tratar de questões inerentes à dívida pública; Bonifácio Mourão, Rômulo Viegas, Adelmo Carneiro Leão, Duarte Bechir e Antônio Júlio em que solicitam seja enviado ao Governador do Estado pedido de informações sobre os atos do Poder Executivo junto ao governo federal objetivando resolver a questão da dívida pública. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2012.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente – Antônio Júlio - Bonifácio Mourão – Délio Malheiros.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2012

Às 11h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Carlos Henrique e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão; e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente (12/1/2012), e Eugênio Pinto, Prefeito Municipal de Itaúna (17/1/2012). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.001 e 2.016/2011, 2.414, 2.415 e 2.424/2012. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio e Pompílio Canavez (2) em que solicitam seja enviado à Presidência da Cemig pedido de providências para a retirada imediata das ações propostas por essa empresa contra o Sindieletro e seu Coordenador, por opiniões expressas em audiência pública da Comissão, em 13/6/2011; e seja realizada reunião de audiência pública para esclarecer artigo publicado no jornal “O Tempo”, em 10/11/2011, no qual Diretores da Cemig afirmam que “informações inverídicas” ou “distorcidas” foram repassadas a Deputados desta Casa por servidores da empresa pertencentes aos quadros de sindicato da categoria, em audiência pública de 13/6/2011; Rogério Correia e Luiz Henrique (4) em que pedem seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que sejam investigadas denúncias de que a empresa Meneguetti, instalada em Novo Horizonte, tem obrigado agricultores familiares a assinar documentação facilitando o plantio de eucalipto em suas terras; seja realizado debate público, com a presença de autoridades municipais, estaduais e federais e de representantes do Ministério Público, de empresas mineradoras e de movimentos sociais, acerca da mineração no Norte do Estado e de seu impacto ambiental e social, solicitando-se aos órgãos competentes que não sejam concedidas licenças para exploração minerária antes de tal debate; sejam encaminhadas às Secretarias de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico, ao Ministério Público, ao Ministério de Minas e Energia, à Câmara dos Deputados, através de sua Comissão de Minas e Energia, ao Deputado Federal Padre João e às demais autoridades com interesse no assunto as notas taquigráficas da audiência pública da Comissão em Taiobeiras, em 2/12/2011; e seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de providências com relação a solicitação das comunidades de São João do Paraíso referente à atuação da Polícia Florestal com a finalidade de evitar o desmatamento por parte de empresas de reflorestamento; Rogério Correia em que solicita que seja realizada reunião de audiência pública para debater o processo de concessão de serviços de fornecimento de energia no País e no Estado; Rogério Correia e Adalclever Lopes (4) em que solicitam seja encaminhado à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais e ao Iter pedido de providências com relação a denúncia do Sr. Wagner Luiz Macencini; seja encaminhada às Comissões de Direitos Humanos e de Meio Ambiente, ao Governador do Estado, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, ao Ibama e à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública denúncia de violação dos direitos humanos pela mineradora Ferrous na construção e implantação do mineroduto que liga Congonhas a Presidente Kennedy (ES), especialmente em Presidente Bernardes e Viçosa, bem como denúncia do Sr. Luiz Paulo Guimarães de Siqueira; sejam encaminhadas aos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, à Presidência do Ibama, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, às Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente, aos movimentos sociais presentes a esta reunião e à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública as notas taquigráficas da audiência pública da Comissão em 6/12/2011, em Viçosa; a carta lida nessa reunião pelo Sr. Emerich Michel de Souza e as imagens da TV Assembleia que registraram a audiência pública; e seja realizado debate público para discutir o impacto ambiental, social e econômico da atividade minerária no Estado. O requerimento do Deputado Alencar da Silveira Jr. em que pede seja encaminhado a DER-MG e à Secretaria de Meio Ambiente pedido de providências quanto ao uso da Rodovia MG-10 por máquinas e caminhões utilizados na mineração, especialmente no trecho que dá acesso a Conceição do Mato Dentro, é aprovado na



forma de substitutivo do Deputado Carlos Henrique com o seguinte teor: seja encaminhado ofício ao DER-MG e à Secretaria de Meio Ambiente pedido de providências para a realização de vistoria na Rodovia MG-10 com o objetivo de averiguar a existência de danos ao meio ambiente e à pavimentação asfáltica em decorrência do intenso tráfego de caminhões que transportam minério de ferro e outros bens minerais, especialmente nas proximidades do Município de Conceição do Mato Dentro. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Paulo Guedes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais, em Manga, para discutir a instalação de redes de energia elétrica convencionais nas Ilhas da Ingazeira, do Corculho e do Curimatá. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2012.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Doutor Viana.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2012

Às 10h15min, comparece no Salão de Eventos Maestro João Moreira, no Município de Manga, a Deputada Liza Prado, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os problemas enfrentados pelos moradores de assentamentos dos Municípios de Manga, Matias Cardoso, Montalvânia e Juvenília. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Carlos Alberto Menezes Calazanz, Superintendente do Incra; Josué Gonçalves da Silva, Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Manga; João França Neto, representante do MST; e José Francisco Moreira, Mário Torres e Bento Ferreira, Assessores do Incra, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2012.

Almir Paraca, Presidente - Gustavo Valadares - Rogério Correia.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS VETOS PARCIAIS ÀS PROPOSIÇÕES DE LEI COMPLEMENTAR NºS 127 E 128 E À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 20.914, EM 6/3/2012

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Mosconi e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Glaycon Franco para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Carlos Mosconi e para Vice-Presidente a Deputada Rosângela Reis, ambos com três votos. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e declara empossada como Vice-Presidente a Deputada Rosângela Reis, a quem passa a direção dos trabalhos. Em seguida, a Vice-Presidente declara empossado o Deputado Carlos Mosconi, que assume a Presidência e designa a Deputada Rosângela Reis para relatar as matérias. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente convoca os membros para a próxima reunião extraordinária. agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente – Rosângela Reis – Glaycon Franco.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
de congratulações com a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte (Requerimento nº 1.997/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
de congratulações com a Sra. Georgette Sina Rahme por ter sido agraciada com a Medalha Desembargador Hélio Costa (Requerimento nº 2.068/2011, do Deputado Jayro Lessa);
de congratulações com o Laboratório Jorge Furtado Medicina Diagnóstica pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.127/2011, do Deputado Romel Anízio);
de congratulações com a UFMG pelo recebimento da distinção honrosa por mérito institucional do Prêmio Jovem Cientista, concedido pelo CNPq (Requerimento nº 2.138/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros);



de congratulações com o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, na pessoa do estudante Kaiodê Leonardo Biague, por este ter conquistado o Prêmio Jovem Cientista, concedido pelo CNPq, com o projeto "Mínusinas Solares Fotovoltaicas em Sistemas de Transporte Rápido por Ônibus - BRT" (Requerimento nº 2.139/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros);

de congratulações com a UFMG, na pessoa da doutoranda Uende Aparecida Figueiredo, por esta ter conquistado o Prêmio Jovem Cientista, concedido pelo CNPq, com o estudo "Intervenções de Saneamento Básico em Áreas de Vilas e Favelas: Um Estudo Comparativo de Duas Experiências na Região Metropolitana de Belo Horizonte" (Requerimento nº 2.140/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros);

de congratulações com a comunidade de Santana de Pirapama pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.176/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Papagaios pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.177/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Jequitibá pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.178/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Caetanópolis pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.179/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Olhos-d'Água pelos 16 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.180/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Chapada Gaúcha pelos 16 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.181/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Itaipé pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.182/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Funilândia pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.183/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Córrego Novo pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.184/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Inhaúma pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.185/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Rio Acima pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.186/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Maravilhas pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.187/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Capim Branco pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.188/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Brumadinho pelos 73 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.189/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Bom Jesus do Galho pelos 68 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.190/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Vermelho Novo pelos 16 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.191/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Laranjal pelos 73 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.192/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com o Sr. Geraldo Padrão, Diretor-Presidente da Rede Padrão de Comunicação, pelos 44 anos de fundação de "O Jornal do Centro de Minas" (Requerimento nº 2.193/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com o Sr. Rubens Goyatá Campante por seu artigo "Motim da Fome", publicado no jornal "Estado de Minas" em 10/12/2011 (Requerimento nº 2.249/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Pompéu pelos 73 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.250/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Cachoeira da Prata pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.251/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Buenópolis pelos 73 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.252/2011, do Deputado Duílio de Castro);

de aplauso ao Ipatinga Futebol Clube pela conquista da Taça Minas Gerais e pelo retorno da equipe à Série B do Campeonato Brasileiro (Requerimento nº 2.253/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda);

de congratulações com o Sr. Diego Vasconcelos, Professor da Fundação de Ensino Superior de Passos, pela conquista de dois prêmios na 15ª Mostra de Cinema de Tiradentes (Requerimento nº 2.305/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com o "Jornal da Comunidade BH" pelos 25 anos de história e produção de informação de qualidade (Requerimento nº 2.307/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Associação do Comércio e Indústria de Pouso Alegre pelos 90 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.308/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Alexandre Magno de Moura pela posse como Presidente da Associação do Comércio e Indústria de Pouso Alegre (Requerimento nº 2.309/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);



de congratulações com o Cel. Márcio Martins Sant'Anna pela posse como Comandante-Geral da PMMG (Requerimento nº 2.310/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Sérgio Pedini, Reitor do Instituto Federal do Sul de Minas, pela eleição como Vice-Presidente do Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Requerimento nº 2.311/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de São João da Mata pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.312/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Nedens Ulisses Freire Vieira pela posse como Presidente da Associação Mineira do Ministério Público para o biênio 2012-2014 (Requerimento nº 2.313/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Rádio Itatiaia pelos 60 anos de sua criação (Requerimento nº 2.314/2012, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. José Altivo Brandão Teixeira pela posse como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Requerimento nº 2.315/2012, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Centro Universitário de Sete Lagoas pelos 45 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.316/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Nova Lima pelos 121 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.318/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Serro pelos 298 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.319/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Pitangui pelos 297 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.320/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com o Sr. Antônio Marcos Pereira dos Santos, Diretor do "Jornal Notícia", de Sete Lagoas, pelos 7 anos de fundação desse veículo de comunicação (Requerimento nº 2.321/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com o Cel. PM Renato Vieira de Souza Júnior pelo brilhante trabalho desenvolvido como Comandante-Geral da PMMG (Requerimento nº 2.322/2012, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com o Iphan pela liberação de recursos para a aquisição de uma estrutura cenotécnica completa para o Cine Teatro Santa Izabel, localizado no Município de Diamantina. (Requerimento nº 2.323/2012, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a atleta Débora Cristiane de Oliveira por ter conquistado a medalha de prata com a Seleção Brasileira de Futebol Feminino nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara (Requerimento nº 2.335/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Cel. PM Luiz Carlos Dias Martins pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte (Requerimento nº 2.337/2012, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a Associação Mineira do Ministério Público pela posse de sua nova diretoria, eleita para o biênio 2012-2014 (Requerimento nº 2.338/2012, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com o Grupo Mantiqueira Agronegócio Ltda. por ter sido considerado uma das maiores empresas produtoras de ovos do mundo (Requerimento nº 2.400/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Instituto Nacional de Telecomunicações pela inauguração da Rádio Educativa Inatel (Requerimento nº 2.401/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a "Gazeta de Ouro Fino" pelos 120 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.402/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial do Barro Preto pela solenidade de posse da nova Diretoria para o biênio 2012-2013 (Requerimento nº 2.403/2012, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso ao Grupo Galpão Companhia de Teatro pelos seus 30 anos de fundação (Requerimento nº 2.406/2012, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com os Srs. Marcel Scalon Cerchi e Léo Luiz Cerchi, Diretores da Scala Laticínios, pelos bons serviços e produtos oferecidos às sociedades mineira e brasileira por 48 anos (Requerimento nº 2.412/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de aplauso à Sra. Tânia Darc dos Santos, Delegada de Polícia, primeira mulher a ser nomeada para o cargo de Superintendente de Investigações e Polícia Judiciária nos 200 anos de existência da Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 2.413/2012, da Deputada Luzia Ferreira);

de aplauso ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Araxá pela realização do II Seminário Municipal de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas - Uma Vida sem Drogas. Eu Curto!, em 10/2/2012 (Requerimento nº 2.421/2012, do Deputado Bosco);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Extrema pela matéria, publicada no jornal "Estado de Minas" de 12/2/2012, que destaca o alto índice de desenvolvimento desse Município (Requerimento nº 2.423/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Associação Brasileira de Indústria Gráfica - Regional Minas Gerais pelos 43 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.426/2012, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Unimed-BH pelos 41 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.427/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Presidente Juscelino pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.428/2012, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais pelos 58 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.429/2012, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Associação Médica Brasileira pela iniciativa de colher assinaturas visando a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular que propõe o investimento de 10% da receita bruta corrente da União na saúde pública e pelo lançamento da Frente Nacional por Mais Recursos para a Saúde (Requerimento nº 2.432/2012, do Deputado Carlos Mosconi);



de congratulações com a Fundação Hemominas por ser a primeira instituição do País a adotar o Teste Ácido Nucleico em 100% do material coletado (Requerimento nº 2.477/2012, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a comunidade de Caeté pelos 172 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.479/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Formiga pelos 173 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.480/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Conceição do Mato Dentro pelos 172 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.481/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Patrocínio pelos 172 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.482/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de aplauso à Sra. Sandra Sallete da Silva, Juíza da Comarca de Lagoa Santa, por sua decisão de restabelecer a liminar que suspende a construção de hotéis no entorno da lagoa existente na sede desse Município (Requerimento nº 2.565/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao Sr. Manoel dos Reis Morais, Juiz Titular da 6ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, pelo trabalho desenvolvido e pelo proferimento de decisões favoráveis ao direito de moradia da Comunidade Dandara (Requerimento nº 2.573/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso à Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ao Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo; ao Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da PMMG; ao Sr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários; ao Sr. Adriano Ventura, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; à Sra. Cleide Nepomuceno, Coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; ao Sr. Emílio José Lacerda, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; a Frei Gilvander Luís Moreira, Assessor da Comissão Pastoral da Terra; ao Sr. William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, e ao Sr. Joviano Gabriel Maia Mayer, advogado da Comunidade Dandara, pelo esforço para garantir os direitos dos moradores dessa comunidade, especialmente o de moradia (Requerimento nº 2.574/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com toda a equipe do jornal "O Debate" pelos 78 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.579/2012, da Comissão de Transporte);

de aplauso ao Colégio Tiradentes da PMMG pelo destaque obtido por suas unidades de Patos de Minas, Passos e Lavras em todos os indicadores de avaliação, inclusive no Enem (Requerimento nº 2.581/2012, da Comissão de Educação).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/3/2012

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com satisfação retornamos à Assembleia Legislativa, neste ano de 2012. Poderemos relembrar algumas falas nossas no Parlamento, nas comissões e algumas denúncias que fizemos, umas mais recentes, outras, mais antigas. Algumas vezes, a própria base do governo entende o recado que mandamos, mas nenhuma providência é tomada, a não ser quando acontecem coisas mais agressivas, as quais a imprensa passa a divulgar. Só para relembrar, cito o caso do IEF, lembrado aqui pelo Deputado Jayro Lessa e depois pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, mostrando o que estava acontecendo no sistema do IEF. Chegou o momento em que as coisas vieram à tona, e houve até a prisão de um dos Diretores do órgão.

Houve a greve dos professores, que foi uma das questões que mais me assustou no Parlamento. As informações da gravidade do problema que vivemos nos quatro meses de greve não chegavam ao Governador Antonio Anastasia. O problema foi seriíssimo, muito mais sério do que podemos imaginar e falar. Disse ao Governador que ninguém se lembraria da Renata Vilhena e da Gazzola, Secretária que estava à frente das conversas; todo o mundo se lembrará do Governador. Ele foi o que mais sangrou nessa greve. A maioria de nós insistia em achar que não estava acontecendo nada, que aquilo era uma coisa normal.

Mas o que mais me assusta - e hoje fico feliz de estar aqui para relembrar - refere-se à segurança pública do Estado. Em 2004 a Polícia Militar mineira colocou viaturas nas avenidas, nas ruas, sei lá onde foi. Tenho apenas informações corretas, pois filmamos. Aliás, contamos com a imprensa desta Assembleia Legislativa. No Viaduto Santa Tereza, região da Floresta, a Polícia Militar colocou uma viatura sem motor, sem gasolina, sem nada, apenas a carcaça, com uns cones, para mostrar à população que ali havia uma "blitz". Na verdade, os bandidos estavam praticando assaltos na região e se escondiam no carro da polícia. Como denunciemos, imediatamente a polícia fez essa revisão.

De uns 10 dias para cá, estamos vendo a imprensa de Minas - parece que ela começa a libertar-se da mordida e da censura que lhe foram impostas - noticiar a maquiagem nos números da segurança pública. Um órgão de imprensa de Minas Gerais, a Rádio Itatiaia - vou dar nome para não ficar falando sem nomes -, tem noticiado os absurdos das informações que lá chegam quanto à segurança pública. Dizem que as viaturas estão proibidas de rodar porque não têm gasolina.

Agora a polícia para o carro em algum lugar e anda a pé. Olha a que ponto chegou a situação. Aqui tenho uma fotografia tirada hoje de manhã, na Praça Rio Branco, perto da Rodoviária: uma viatura sem nenhum policial por perto. Parece, Deputado Jayro, que



estamos voltando a seis ou sete anos atrás. Disse o repórter que a ordem é parar as viaturas, porque não há gasolina, e o policial andar a pé. Olha a que ponto chega a segurança de Minas Gerais, sem contar com a maquiagem da violência em Minas Gerais.

Tenho denunciado essa situação desde 2007, quando a Polícia Militar, não sei por ordem de quem, começou a maquiagem os números, principalmente os dos crimes violentos. Eu não sei quem pensou essa ideia fantástica. O governo federal não vai destinar dinheiro a Minas Gerais por causa da propaganda que o governo está fazendo: aqui não tem violência; o governo abriu não sei quantas mil vagas no sistema penitenciário; resolveu isto ou aquilo, e a segurança pública em Minas Gerais está às mil maravilhas. Então, o governo federal vai cuidar de outros Estados que estão com outros problemas. Minas Gerais não tem problemas, portanto, não precisa de dinheiro.

Agora, infelizmente, Deputado Rogério Correia - digo infelizmente porque não faço isso com muita alegria, falo com tristeza, pois queríamos que Minas Gerais fosse diferente, um Estado da realidade, e não, apenas da mídia -, quantas coisas estamos vendo acontecer por falta de planejamento; quanta irresponsabilidade de planejamento. Cito a Cidade Administrativa, a Cristiano Machado, a Antônio Carlos, a D. Pedro II, o Estádio Independência e outros. É dinheiro jogado fora. Planejaram e não fizeram um projeto construtivo. Agora estão fazendo reformas com o dinheiro público, pagando talvez 30%, 40% ou até 50% mais que o valor orçado para resolverem problemas causados pela falta de planejamento.

A questão da segurança pública também foi falta ou excesso de planejamento. O Saporì disse com muita clareza que, quando o governo fez o planejamento da segurança pública, copiou os modelos mais importantes do mundo, como o de Nova Iorque e o do Canadá. Poderia ter dado certo, se o governo não começasse a inventar regras.

O critério de resultados foi um grande erro. A polícia começou a maquiagem os números para maquiagem os resultados. E deu no que deu. Deputado Gilberto Abramo, olha que planejamento fantástico: o governo determinou que na minha região só poderia haver 10 homicídios por ano. Se alguém quiser matar o 11º, tem de pedir autorização: "Estou precisando matar um ali. Podem me autorizar?". Isso não existe, não se pode planejar quantas pessoas podem ser assassinadas, vítimas de crimes violentos, passionais. O governo não consegue fazer esse planejamento. O que é preciso é planejar uma boa segurança pública, com uma polícia ativa, que esteja na rua para combater os crimes violentos. E, quando se determina que só pode haver 10 homicídios, ao chegar no nono, começam a maquiagem. Se a PM não maquiagem, os policiais passam a ter problemas com o governo e com a própria corporação: não têm acesso à carreira e ao prêmio de produtividade. Para não perder esses direitos, são obrigados a fazer a maquiagem. E não adianta o governo falar que não há maquiagem, porque há, mesmo. Um Coronel, cujo nome estou tentando levantar, denunciou na Comissão que a polícia estava tendo dificuldade com disciplina porque alguns policiais não aceitavam mudar a ocorrência. E havia ordem de seus superiores mandando-os mudar, mas eles diziam que não o fariam. E começou a haver problemas com disciplina dentro das corporações, para atender a esse capricho, que não sei de quem.

Estou falando sobre segurança pública e não cheguei às penitenciárias. Sempre que falamos sobre isso, dizem: "Minas tinha 16 mil vagas nas penitenciárias e agora tem 26 mil; Minas construiu não sei quantos presídios". Não é verdade! Gosto muito de citar a minha cidade, porque ela é um exemplo vivo de tudo o que acontece no Estado. Temos lá uma penitenciária, Rogério, construída para 200 presos. De uma hora para outra, passaram para 400 presos e não construíram um metro de área. Hoje deve haver cinco, seis presos em cada cela. A penitenciária foi construída para atender a 200 presos; passou para 400, o que não era tanto problema, mas hoje está com 600 presos. E o governo insiste em dizer que investiu muito em segurança pública, em penitenciárias, que abriu muitas vagas, que não sei o quê... Mas a realidade é totalmente outra.

Vemos em todos os jornais: "Governo proíbe polícia de divulgar dados sobre a violência". Não sou eu quem está falando. Está tudo escrito, as informações constam no memorando. Depois, o governo recua e diz que houve mal-entendido. "Homicídios aumentam 10% em Belo Horizonte." Na verdade, não são 10%. Já disse aqui várias vezes, Deputado Adelmo, que dois órgãos estavam mentindo: a imprensa, que divulga cinco, seis, sete homicídios por dia, e o governo, que diz que não há mortes. Os números não estão batendo. O governo diz que os homicídios diminuíram, mas a Rádio Itatiaia e a Record, que hoje tem um programa que fala do cotidiano da população, especialmente da Região Metropolitana, noticiam no mínimo cinco mortes por dia.

O governo fala que não há, que diminuiu, mas, depois de algum tempo, passou a aceitar que houve o aumento de 10%. Como diminuíram os índices, em números reais, isso deve ser mais ou menos uns 200% a mais. Ora, o que está havendo? Os Deputados que nos ouvem têm de entender como o governo está fazendo. Por exemplo, no final de semana, em Pará de Minas, houve dois homicídios: um foi evidente: um sujeito esfaqueou outro. Quanto ao segundo, um camarada foi achado morto, foi assassinado. Na estatística de homicídios, não entra o que foi achado morto: ele vai entrar na estatística de cadáveres encontrados na mata. Então, de acordo com esses dados, se a pessoa não morrer no local e se a polícia não chegar na hora, ela será conduzida ao João XXIII ou a outro hospital qualquer, podendo morrer depois. Assim, o caso será de lesão corporal seguida de morte... Quem o governo pensa que está enganando?...

Falamos do planejamento do governo, mas até acredito que o Governador não saiba que isso poderia ser mudado. É preciso mostrar à União, que hoje fica com 70% da arrecadação, que o problema é sério: se está tudo bem, não há dinheiro...

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, gostaria de complementar o que foi dito, com uma frase que o Dr. Saporì disse em reunião das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos. E V. Exa. estava lá, quando discutimos o problema da segurança pública em Minas. O Prof. Saporì é especialista no assunto. Aliás, na época do Governador Aécio Neves, ele foi adjunto na área de segurança pública, na Defesa Social. Afirmou categoricamente que a segurança pública em Minas está falida e sugeriu que se realize uma auditoria externa para verificação dos dados sobre violência em Minas Gerais. Infelizmente, a reunião terminou sem a aprovação do requerimento, assinado por nós, em que se solicitava a realização da auditoria externa. Quero insistir em que o governo do Estado precisa fazê-la. Os dados apresentados pelo governo já não são confiáveis. A população já não confia nos dados. Ficar durante um ano sem divulgar estatísticas sobre homicídios que ocorrem no Estado, enquanto outros Estados as divulgam diariamente, é realmente inadmissível. Não acreditaremos em nada, enquanto não houver auditoria externa.



Deputado Antônio Júlio, gostaria de complementar o que V. Exa. disse, insistindo na auditoria externa, que deve ser realizada, para que tenhamos consciência do que realmente está ocorrendo na área da segurança pública.

Também solicitei audiência pública para tratar a questão dos presídios. Pedirei ao Deputado Durval Ângelo, na Comissão de Direitos Humanos, que a realize o mais rápido possível.

Por fim, gostaria de convidar V. Exa. para participar amanhã da reunião sobre o piso dos professores e os problemas na escola. Solicitei que a Comissão de Direitos Humanos participasse por um motivo muito simples: os professores estão desesperados nas escolas, vivendo uma repressão enorme por causa do movimento que fizeram no ano passado. As escolas não estão pacificadas, pelo contrário. Amanhã teremos um quadro real das escolas em Minas, e não o que foi pintado pela atriz na Rede Globo e nas demais emissoras de televisão, paga com verba de publicidade do governo. Teremos amanhã uma amostra da realidade das escolas, e ela não é boa, como afirmou o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Deputado Rogério Correia, Minas Gerais regrediu 40 anos em termos de educação. Voltaram as salas multisseriadas, em que apenas um professor dá aula para três ou quatro séries seguidas. Quando fui Prefeito, havia isso. Aliás, foi a primeira coisa a que dei fim. Na verdade, eu punha um professor para dar aula apenas para dois alunos, não aceitava salas multisseriadas. Agora, vemos o governo voltar ao estilo de salas multisseriadas.

Sr. Presidente, gostaria de encerrar meu discurso dizendo que essa é a fotografia que conseguimos hoje, que vem confirmar as denúncias veiculadas pela Rádio Itatiaia de que o policiamento de Belo Horizonte está sem gasolina. Foi dada uma ordem hoje, pela manhã, e a polícia estará a pé. Mais uma vez, os policiais irão para o sacrifício de fazer a pé a segurança de Belo Horizonte.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, ilustres Deputadas e Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Quero reafirmar o convite para uma visita pública que a Comissão de Educação fará na quinta-feira, Dia Internacional da Mulher, às 10 horas, à Escola Municipal Maria Silva Lucas, no Bairro Novo Progresso, na região do Ressaça, em Contagem. Essa escola é mais conhecida como Caic Laguna. O propósito dessa visita, Sr. Presidente, é verificar uma situação inaceitável que tem ocorrido desde o ano passado: a violência na escola e contra a escola. Todo o Brasil acompanhou, no ano passado, a triste cena de a Diretora dessa escola ser agredida a pontapés por um ex-aluno. Recentemente, no feriado de Carnaval, a escola foi novamente invadida, depredada, pichada.

Nós, da Comissão de Educação, estamos muito preocupados com a situação. Realizou-se nesta Casa, no ano passado, um seminário legislativo de grande repercussão, com o tema “da prevenção da violência nas escolas, por uma cultura de paz”. Na oportunidade, discutiu-se a questão da violência e apontaram-se algumas políticas públicas fundamentais: a prevenção, com a presença constante da Polícia Militar e da Guarda Municipal; e a promoção de melhor ambiente escolar. Obviamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso depende da convergência de políticas de governo, convergência que passa pelo governo municipal, por se tratar de escola municipal, pelo governo estadual e pelo governo federal.

Visitaremos a escola para conhecer sua realidade, para continuar chamando a atenção da sociedade sobre a questão. Não podemos compactuar com depredação de escola, invasão de escola, agressão a profissional da educação, a professor, a Diretor. São violências abomináveis, porque agridem a própria sociedade, a boa convivência entre seres humanos.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Nobre Deputado Carlin Moura, neste aparte quero rapidamente dizer que o tema que V. Exa. leva a essa tribuna é de suma importância. Temos percebido que, ao longo do tempo, os valores estão se invertendo. Até mesmo a autoridade do professor, que um dia existiu, desapareceu completamente.

Hoje se fala muito em “bullying” nas escolas. Muitos de nós sofremos “bullying” sem saber, na verdade, que aquilo era “bullying”. Mas o que percebo é que pouco se fala da violência sofrida pelos professores, que são assassinados, agredidos - há matérias e reportagens para mostrar isso.

Outro dia vi uma charge, nobre Deputado, e é exatamente ela que me motivou a fazer esse aparte. Creio que V. Exa. deve tê-la visto, pois saiu recentemente num dos nossos jornais. Ela mostrava uma cena em que os pais, diante do filho, apontavam-lhe o boletim. De forma muito enérgica cobravam do filho, dizendo-lhe: “Que nota é esta?”. O quadro seguinte mostra os mesmos pais, com o filho atrás, sorrindo. O pai aponta o boletim para o professor e pergunta-lhe: “Que nota é esta?”.

Somos de um período escolar bem diferente - eu, naturalmente, por ter nascido antes de V. Exa. Naquela época não existia a figura do disciplinário, essa estrutura dentro da escola para cuidar das questões de indisciplina. Quando a professora dizia a qualquer aluno que fosse para a sala da Diretora - e uso aqui a expressão literal -, fazíamos xixi na roupa de medo, porque sabíamos que a Diretora chamaria a nossa atenção. Hoje as coisas se inverteram a ponto de vermos recentemente um comercial de televisão que retrata a dura realidade de que alguma coisa está errada na relação aluno-professor. Nesse comercial, o professor acorda pela manhã com medo, preparando-se para a escola. Um aluno também está se preparando, pega um soco-ínglês e coloca na mão. Um professor está na porta esperando os alunos, quando esse aluno chega e, com um gesto, ameaça o professor, que se encolhe todo.

Então, essa é uma realidade que está a nossos olhos e precisa ser mudada. O professor precisa recuperar a autoridade que tinha. Não estou falando de autoritarismo, não, mas a autoridade que tinha de falar e o aluno ouvir, de exercer realmente a função de mestre sob todos os aspectos. Hoje, infelizmente, quando se tem de resolver um problema, disca-se para o número 190. Chegamos, assim, ao absurdo nessa questão.

Peço desculpa a V. Exa. por ter tomado um pouco mais do seu tempo neste aparte, mas concluo dizendo que concordo “ipsis litteris” com o que V. Exa. está expondo nessa tribuna a respeito de tema tão sério.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Deputado Vanderlei Miranda, o aparte de V. Exa. é altamente pertinente e contribui muito com o tema, pois aprofunda o debate, que é fundamental.

Às vezes, confundimos alguns valores fundamentais, como a construção de uma escola democrática, do diálogo, da convivência pacífica que todos defendemos, e esquecemo-nos de preservar a autoridade da escola, do professor, do Diretor. Isso está sendo



colocado em segundo plano. Não podemos, pois, abrir mão disso. Assim, restabelecer a autoridade da escola é fundamental, bem como a do professor, do servidor, do trabalhador da educação.

V. Exa. mencionava a propaganda veiculada pelo sindicato dos professores da rede particular. Ela, aliás, se fundamenta numa pesquisa que o Sinpro-MG, que fez a propaganda, havia feito sobre as consequências da violência na escola e do excesso de pressão que esse profissional sofre. O professor hoje é um dos profissionais que mais é vítima de um mal da contemporaneidade, chamado crise de burnout. É uma doença parecida com a síndrome do pânico. A tradução seria queimar a cabeça, fósforo queimado. Os profissionais da educação estão sob tanta pressão que ficam estressados, com medo, apavorados, com pânico e não conseguem mais trabalhar em função do pavor, às vezes, do ambiente escolar.

O que é mais grave, Deputado Vanderlei Miranda, é que às vezes há omissão do poder público. No caso concreto da Escola Municipal Maria Silva Lucas, a Diretora aqui esteve, fez vários pedidos, entre eles à Secretaria Municipal de Educação para que se melhorassem as condições de segurança, pois a escola fica muito exposta, que se reformasse o muro, que houvesse a presença da Guarda Municipal. Enfim, que se tomassem alguns procedimentos para essa melhora. Mas, infelizmente, pouca coisa se fez. A Diretora precisou do acompanhamento permanente da Polícia Militar para sua segurança pessoal, mas a escola continua exposta.

Quer dizer, precisamos de políticas públicas que visem não só à proteção, com a presença da segurança, mas também à criação de um ambiente mais agradável, com melhores condições de trabalho para os profissionais. É uma situação que nos preocupa muito e a propósito da qual os Poderes constituídos e a sociedade como um todo precisam urgentemente tomar providências. Não podemos compactuar com isso e não vamos aceitar que se repita. A agressão à escola é uma agressão à sociedade, e não vamos titubear nessa questão.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar o ilustre companheiro Deputado Carlin Moura, sempre muito lúcido e ponderado em suas observações. De certa forma, V. Exa. tem razão ao dizer que temos de cobrar do poder público uma atitude em relação à escola, que, em especial, é um ambiente que precisamos preservar. Mas quero dizer, ilustre companheiro, que temos hoje outra face de responsabilidades. Todos os que estamos neste Plenário - Deputados, assessores etc. - e os que nos acompanham pela TV Assembleia, temos de compreender que estamos vivendo um momento de grave crise na família. É uma grave crise do controle social informal, feito principalmente e de forma mais eficaz pela família. Assistimos hoje a adolescentes em geral agirem impunemente dentro de casa - lembrando que a formação começa dentro de casa - sem que o pai ou a mãe tenham preocupação em exercer esse controle, esse ensinamento aos filhos que, normalmente, leva duas décadas. Em geral, os pais passam duas décadas dizendo o que pode e o que não pode ser feito e transmitindo ao filho os seus valores.

Mas o que está acontecendo hoje é o total esfacelamento da família, com a falta de controle. Por parte dos filhos, observa-se a desobediência àquela principal forma de controle social, que é o controle informal chamado família. Isso deságua na escola. A consequência da falta de controle e da extrema liberdade que pai e mãe estão dando a seus filhos deságua no colo dos professores, das professoras e seus auxiliares dentro da escola. Assim, estamos vivendo uma grave crise na família. Todos que temos filhos passamos no mínimo duas décadas dizendo-lhes o que pode ou não ser feito, o que é proibido e o que é permitido. Às vezes, eles foram postos de castigo por terem deixado de fazer alguma coisa que nós, como pai ou mãe, mandamos. Mas isso está acabando. O que se vê hoje é um absurdo; vemos pai deixar a filha em uma festa sem sequer bater no portão para saber quem está do outro lado - simplesmente entrega a filha na porta e vai embora. Fato é que hoje há uma falta de compromisso e responsabilidade por parte da família.

Precisamos pensar bem nisso e, ao abordar esse assunto, quero cumprimentar a Polícia Militar, que tomou a iniciativa de criar a unidade Polícia e Família com esse viés, de aproximar e alertar. Se todos os que estamos neste Plenário e as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia refletirmos sobre como está sendo feita a educação dos filhos, veremos que realmente a coisa está degringolada; a família está se dissolvendo cada vez mais, e isso está se refletindo diretamente na escola e em outros lugares. Portanto, precisamos repensar na forma de ação das famílias. É uma discussão difícil, já que não compete ao poder público, mas é preciso que façamos esse exercício, essa reflexão. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Carlin Moura* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. O programa da Polícia Militar, Polícia e Família, é, sem dúvida, um grande avanço.

O Deputado Bosco (em aparte) - Deputado Carlin Moura, não poderia deixar de esclarecer o motivo que nos levou a aprovar o requerimento, a proposição de V. Exa. de que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia esteja na próxima quinta-feira na Escola Municipal Maria Silva Lucas, em Contagem.

Em que pese ser uma escola municipal e estarmos em âmbito estadual, entendemos que a questão da educação não tem fronteira, não tem divisas. Por isso aprovamos esse requerimento, e estaremos juntos com V. Exa., pois muito nos preocupa a violência escolar, que hoje não só afeta o interior das escolas, os alunos, as professoras, mas causa também grande preocupação às pessoas e famílias que vivem e moram no entorno das escolas.

Sabemos que o governo do Estado, por meio da Secretaria, tem elaborado e lançado vários programas importantes, a exemplo do projeto de mediação de conflitos, que envolverá os segmentos da educação e da sociedade como um todo, que será lançado agora; e uma proposição que partiu daqui, fruto do fórum que realizamos ano passado, "Segurança nas escolas: por uma cultura de paz".

Deputado, gostaria só de me manifestar e dizer que nós, da Comissão de Educação, temos certeza de que, em consonância com todos os Deputados desta Casa, estamos atentos e preocupados com a questão. Não mediremos esforços para mudarmos esse contexto, fazendo com que as nossas escolas sejam verdadeiras instituições formadoras de cidadãos. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Carlin Moura* - Muito obrigado, Deputado Bosco. Então, quinta-feira, 8 de março, às 10 horas, na Escola Maria Silva Lucas, mais conhecida como Caic Laguna, haverá a visita da Comissão de Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, no dia 8 de março, mais uma vez comemoraremos o Dia Internacional da Mulher; e a Assembleia fará, parece-me que em 15 de março, um evento



específico. Essa é uma data muito importante, e não devemos transformá-la apenas em mais uma comemoração formal. Pelo contrário, essa data tem de servir para todos nós como um espaço de muita reflexão.

É inegável a trajetória de emancipação da mulher em nossa sociedade, nos vários campos: campo profissional, campo dos direitos humanos, campo das relações afetivas e conjugais, campo do exercício da política. Mas também é verdade que nosso país e a sociedade em geral muitas vezes ainda renegam ou diminuem o acesso a alguns direitos básicos da mulher. É exatamente nessa perspectiva que gostaria de tratar, nesta semana do Dia Internacional da Mulher, de dois aspectos que vejo essenciais para que essa trajetória, como disse, emancipatória, não tenha retrocessos, e sim avanços.

A primeira abordagem é no campo das políticas públicas. Cada faixa geracional, cada gênero, cada raça têm suas peculiaridades e suas demandas prioritárias. No caso das políticas públicas, vejo um grande desafio ainda na questão da saúde da mulher. É fundamental que tenhamos, principalmente no âmbito do SUS, uma maior atenção e uma maior acessibilidade da mulher a alguns programas e ações muito próprios e específicos.

Poderia falar sobre as ações preventivas contra o câncer de mama, a necessidade de uma gestação segura e acompanhada, os exames ginecológicos regulares e tantas outras ações no âmbito da saúde da mulher.

Uma outra área absolutamente fundamental é a universalização, já no âmbito da educação, do ensino infantil, a creche de até 3 anos e a pré-escola de 4 a 6. Quando não só por necessidade financeira, mas também interior, ou seja, de autoestima e realização de suas vocações e dos seus dons, a mulher - principalmente aquela mulher pobre - vai conquistando gradativamente parcelas importantes do mercado de trabalho, precisa de um lugar seguro que permita o acolhimento da sua criança vinculado necessariamente a um conteúdo pedagógico e educativo que lhe dê segurança para o exercício digno de sua opção profissional.

Sabemos que hoje o acesso à pré-escola, principalmente à creche, é oferecido à classe média que pode acessar o ensino privado. Ainda há uma grande lacuna na incorporação das crianças pequenas, filhas oriundas das mães pobres das camadas populares. Não temos como garantir isso à mulher no exercício profissional, sem as condições próprias para o acolhimento da criança quando a mãe assim precisar.

Temos avançado no âmbito e no campo da consciência sobre a necessidade de luta contra qualquer forma de discriminação e violência praticada contra as mulheres. Isso é fundamental. Numa sociedade profundamente machista, temos conquistado, ao longo desses últimos anos, uma consciência e uma ação política, de política pública, maiores em relação às discriminações, aos abusos e à violência praticados contra a mulher. Nesse campo, a Lei Maria da Penha é um marco e deve ser cada vez mais efetivada, aperfeiçoada e praticada.

Ainda no campo do trabalho, penso que é importante também que as oportunidades iguais de ascensão nas carreiras e de salários sejam ofertadas de maneira igualitária para homens e mulheres, baseado no critério do mérito, da competência e não na questão de gênero. A Assembleia fez a sua parte. Aliás, juntamente com o Deputado Sargento Rodrigues, fui coautor de uma PEC, ou melhor, de um projeto de lei complementar que tratou do assédio moral, de combate a qualquer tipo de assédio moral que, no ambiente profissional, muitas vezes é praticado contra as mulheres.

No dia 8 de março, nesta semana comemorativa, cabe aos poderes públicos fazerem essa reflexão. Quais são ainda os avanços efetivos que podem e devem fazer a sociedade brasileira, que hoje tem uma mulher - a propósito, uma mulher de Minas Gerais, de Belo Horizonte, nossa Presidenta Dilma - à frente de seu destino? Não simplesmente para comemorar os avanços que merecem aplausos e foram oriundos de conquistas e não de benesses.

A data de 8 de março lembra exatamente momentos drásticos, de confrontos e de dedicação de mulheres guerreiras, que enfrentaram o autoritarismo e a opressão da sociedade para garantir seus direitos. Vamos, sim, celebrar essas conquistas. Por outro lado, vamos também avançar, cada vez mais, para que essas conquistas não retrocedam e tenhamos uma sociedade com mais igualdade de gênero.

O Deputado Almir Paraca (em aparte)* - Gostaria de parabenizar o nobre Deputado André pela manifestação sobre o Dia Internacional da Mulher. O seu mandato vem sendo marcado por ações absolutamente consistentes e objetivas no que diz respeito à defesa de direitos. Nessa linha, Deputado, gostaria de trazer uma denúncia. Acabei de receber uma notícia e vamos fazer gestão junto ao Comando da Polícia Militar do Estado e junto ao Secretário de Segurança Pública a respeito dela.

A Maria do Rosário, nossa Vereadora do PT no Município de Lagoa Grande, também Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, assentada da reforma agrária, líder ao longo de muitos e muitos anos, na luta pela terra, na região Noroeste de Minas, foi ameaçada de morte ontem, quando foi agredida. Ela já fez o registro da ocorrência na Polícia Militar, mas ainda não foi tomada nenhuma providência. Há muito tempo, temos acompanhado essa questão. Na realidade, as ameaças à Maria do Rosário vêm acontecendo ao longo dos anos. Em várias ocasiões, sempre esteve envolvida com as ocupações e o processo de legalização dos assentamentos da reforma agrária no Município. Há pouco tempo, cerca de 20 dias, participei da reunião itinerante do Incra, em Lagoa Grande, com Carlos Calazans, Superintendente do Incra em Minas, e depois em vários outros Municípios do Noroeste do Estado. Naquela ocasião, essa situação, as ameaças que vinham sendo feitas, foi apresentada. Portanto, queremos fazer esse registro e pedir o apoio dos Deputados, particularmente dos Deputados do PT, a fim de fazermos essa gestão, porque o ambiente está muito tenso. Precisamos proteger a vida em qualquer situação e, nos casos em que as pessoas estão investidas em representação pública e em liderança de movimentos de luta pela terra, mais ainda. Agradecemos o aparte. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado André Quintão* - Aproveito, então, Deputado Almir Paraca, para solicitar ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo, que faça gestões junto aos órgãos de defesa social. Como disse, e V. Exa. comprova isso, apesar dos avanços, a opressão ainda é muito grande, principalmente sobre as mulheres que enfrentam, no dia a dia, a opressão econômica daqueles que, sob o manto do egoísmo, não querem abrir mão de seus privilégios, não querem ofertar a terra para aqueles que dela precisam, mulheres ribeirinhas, mulheres assentadas, acampadas, mulheres do Jequitinhonha, que, por ausência de estratégias adequadas e desenvolvimento na região, ficam de sete a oito meses afastadas do convívio familiar, dos filhos, dos maridos e companheiros, que vão para o corte de cana ou apanha de café. É essa mulher que temos de retratar esta semana, e não simplesmente as mulheres



graduadas, que, por mérito, luta e conquista alcançaram espaços de visibilidade na sociedade. São essas mulheres, muitas vezes anônimas, como a nossa sindicalista Maria do Rosário, de Lagoa Grande, que merecem proteção.

Nessa etapa final do pronunciamento, quero dizer que, além das políticas públicas, as mulheres têm aumentado o seu espaço de participação política, mas ainda estão muito aquém do que merecem e do que o Brasil precisa. É verdade que temos o exemplo maior da nossa Presidenta Dilma, que sairá, como já está, com uma avaliação histórica de desempenho positivo. No Parlamento há uma sub-representação, e em países islâmicos, que têm uma cultura mais fechada com relação às mulheres, elas têm presença proporcionalmente maior na política do que no Brasil.

O PT foi inovador, e aprovou no último congresso uma política de cotas de paridade. Das 18 chapas inscritas em Belo Horizonte, por exemplo, a que for defender candidatura própria ou aliança, deverá ser composta por metade de homens e metade de mulheres. As chapas de candidato a Vereador ou Deputado terão metade de homens e metade de mulheres. As direções municipais, estaduais ou nacional terão metade de homens e metade de mulheres, com rodízio na Presidência.

Concluo solidarizando-me com as Deputadas desta Assembleia, para que possamos, senão ter paridade, ao menos garantir a participação de Deputadas na Mesa da Casa. Considero inadmissível uma Mesa que dirige uma instituição plural como a Assembleia, que tem Deputadas no exercício do mandato, que tem um corpo técnico de servidoras competentes, não ter sequer uma mulher na sua direção. Considero que essa é uma medida importante, que força os partidos políticos. É muito fácil acomodar, e, se partido nenhum indicar, vamos criar um critério, para que os partidos com menos representação, se não chegarem a um acordo, sejam obrigados a indicar. Quero defender isso aqui.

Terminei meu pronunciamento, de maneira antecipada, parabenizando as mulheres de Minas Gerais, particularmente as Deputadas e as servidoras desta Casa, sejam as dos gabinetes parlamentares, sejam as concursadas. Não tenho nenhum medo de errar: a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais talvez seja uma instituição com o maior número de mulheres por metro quadrado de competência comprovada. É uma Casa com servidores e servidoras muito competentes, e elas se destacam em nosso trabalho cotidiano. Nada mais justo, além de parabenizá-las, que, na Mesa da Assembleia, as mulheres também estejam bem representadas. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; demais membros desta Casa; Deputados e Deputadas; imprensa, venho fazer uma reflexão importante. Todos nós temos um sentimento muito forte de patriotismo e não gostamos nada do que o Sr. Jérôme Valcke, Secretário da Fifa, falou a respeito do Brasil. Não gostamos da expressão e lamentamos. Não somos mais república de bananas, e nosso país, dentro do contexto de situação e oposição, tem tido seus avanços. Os problemas estão aí, governos federal, estaduais e municipais e a sociedade como um todo estão se mobilizando para encontrar soluções e fazer a Copa do Mundo com todo o brilho necessário.

O Secretário-Geral da Fifa foi muito infeliz ao usar aquela expressão. É claro que temos de acompanhar o organograma das obras, além de estar atentos a essa concessão formulada pelo governo federal, relativa aos principais aeroportos. Esperamos que haja deferência ao aeroporto de Confins.

O Brasil tem uma raiz muito forte no mundo futebolístico. A Fifa reivindicou ao nosso país um conjunto de modificações na nossa legislação, até com tribunais de exceção. A Fifa quer que aprovemos a lei geral da Copa com toda a rapidez, mas aqui cabe uma reflexão. Esse empreendimento, claro, visa a lucros e dividendos para a entidade, e o Brasil tem todas as suas dificuldades. Nós, da oposição ao governo federal, sempre apontaremos a necessidade de se fazer aquilo por que a sociedade clama. Além disso, não podemos ficar reféns de pronunciamentos do Sr. Valcke, no que diz respeito ao nosso Brasil. Fica aqui nossa manifestação contrária a esse cidadão. Gostei muito da postura do nosso Ministro Aldo Rebelo nesse quesito.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero nesta tarde externar meu reconhecimento às comunidades terapêuticas, não apenas as de Minas, mas as do Brasil, que têm dado carinho e atenção muito especial aos dependentes químicos. Elogio, de forma direta, os responsáveis pela nossa Associação de Pais e Amigos dos Dependentes Químicos - Apadeq -, de minha terra, São João del-Rei. Eles têm realizado um trabalho diferenciado, que alcança bons resultados a favor das famílias e das pessoas que, lamentavelmente, estão na dependência química. Nós, que representamos os segmentos políticos, as prefeituras e os governos estaduais, devemos ter bons olhos para essas comunidades terapêuticas, que são muitas e empregam hoje cerca de 40 mil pessoas. Os Deputados Doutor Wilson Batista e Glaycon Franco, que são médicos, sabem da importância desse trabalho terapêutico, desse trabalho que se faz para que o cidadão fique livre da dependência. Lamentavelmente, os vícios trazem transtornos muito sérios para as famílias de forma geral. Tenho exemplo disso, infelizmente, na minha própria família. Quem enfrenta esse tipo de problema sabe a dificuldade que se tem para lidar com o dependente químico.

Por isso, conclamo os parlamentares e os governos a sempre ter um carinho, uma atitude diferenciada e positiva para com as pessoas que trabalham de forma voluntária em prol dos dependentes. É interessante lembrarmos que a maioria dessas pessoas trabalham como voluntárias. Suam a camisa e se dedicam a esse trabalho, que não é fácil, Deputado Luiz Carlos Miranda. É um trabalho de doação e de identificação com a pessoa que sofre esse processo de debilidade por um período, o que traz destruição às famílias brasileiras.

Temos visto, nos últimos anos, índices de contrabando de drogas e de violência que deixam muito combalido o relacionamento das famílias brasileiras. Nossa sociedade precisa estar voltada para princípios que muitas vezes deixamos de lado, como os valores cristãos. Precisamos resgatar as famílias como um todo, buscando a identidade cristã, até mesmo na relação fora do ambiente familiar, como com os vizinhos e com os colegas de trabalho, a fim de que a sociedade deixe, em determinado momento, a preocupação de ser e ter e se volte para um processo de mais identidade com o próximo.

Jesus Cristo nos deixou uma mensagem importante, mas difícil, Deputado Duílio de Castro, que é amar o próximo. Recentemente, dei uma palestra na minha região e comentei justamente sobre isso. Havia umas duzentas pessoas na plateia, e brinquei dizendo: a mensagem que Cristo deixou é muito difícil de ser posta em prática, pois é muito difícil "amar o próximo como a si



mesmo”. Continuei: “duvido de que alguém saia daqui agora, pegue um mendigo na rua, leve-o para dentro de casa e dê um banho nele”. Uma senhora, que estava no fundo, se levantou e disse: “Dr. Rômulo, fiz isso e ainda me casei com ele”. Porém, é uma raridade encontrarmos uma alma nessas condições, porque o que mais temos visto é a desestruturação familiar.

Portanto, ficam os elogios à comunidade terapêutica e o conselho para que as pessoas leiam a Bíblia, independentemente da questão religiosa, porque lá está o código moral do comportamento humano. Nela encontramos uma identidade que nos leva a um bom relacionamento com a sociedade e com o próximo. Isso, Deputado Duílio de Castro, poderá trazer bons resultados para o nosso dia a dia. Nós todos sabemos da importância de plantarmos boas sementes para obtermos bons frutos e bons resultados.

Sei muito bem que os problemas financeiros, tanto da União quanto dos Estados e dos Municípios, dificultam a sustentabilidade desse segmento, mas, se nos unirmos, Deputado Gilberto Abramo, tenho certeza de que muitas coisas melhorarão para o Brasil, para as pessoas, para as famílias. Isso coloca de lado o debate partidário. Isso nos leva a uma união, coloca-nos em uma boa caminhada, para que possamos, juntos, diminuir a influência maligna das drogas em nossas casas, diante de nossas famílias e de nossos amigos.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Rômulo Viegas. Primeiro, parabéns V. Exa. por trazer aqui um assunto de tamanha importância. Na verdade, vivemos uma guerra, e é importante que dela participem as famílias, o poder público, a sociedade e a religião. Atualmente, enfrentamos problemas com o “crack”, que é considerado a pedra da morte. Hoje, por meio de um requerimento de minha autoria, na Comissão de Defesa do Consumidor, propusemos uma audiência pública para discutir o direito de o consumidor andar no hipercentro da Capital mineira. Infelizmente, as pessoas não têm mais o direito de ir e vir, mesmo que a Constituição brasileira, no seu art. 5º, lhes assegure isso. Não podemos andar mais no hipercentro, pois nos deparamos com pessoas que, infelizmente, adoeceram de alguma maneira, ficando viciadas, talvez em função da ausência do poder público ou da ausência e degradação da própria família. Infelizmente, elas adoeceram e hoje moram nas calçadas do centro de Belo Horizonte. Elas, muitas vezes, constroem as pessoas, chegando a cometer o delito de roubo para manter seu vício, que não está sob seu controle. Precisamos discutir isso, por quê? Porque o comerciante paga impostos, ele precisa trabalhar; o consumidor precisa ter o direito de comprar; e essas pessoas precisam ter o direito de se tratar. Faremos um amplo debate nesta Casa, para buscarmos um caminho que dê dignidade a essas pessoas, que têm o direito de se tratar.

Infelizmente, o governo federal detém quase 70% de todos os impostos arrecadados, mas cruza os braços, não vigia as nossas fronteiras para que a droga não entre com tanta facilidade nos nossos aeroportos e não aplica dinheiro para que as pessoas possam tratar-se. Como bem disse V. Exa., muitas vezes esse trabalho é feito mais por voluntários, por pessoas que se dedicam à causa por amor à humanidade, por querer viver o mandamento de Deus, amar ao próximo, do que pela mão do governo, que às vezes é ausente na hora de amparar essas pessoas doentes. O governo trata de todas as doenças, mas do dependente químico não. Portanto, precisamos realizar nesta Casa um amplo debate para oferecer algumas sugestões e soluções. Temos de fazer a nossa parte, o governo de Minas fazer a sua e cobrarmos do governo federal que também faça a sua. Muito obrigado pelo aparte e parabéns por propor a esta Casa um assunto de tamanha importância não apenas para o cidadão, mas para as famílias brasileiras.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, Deputado Duílio de Castro. V. Exa. também externa o seu posicionamento favorável à nossa luta, à nossa reivindicação. Quero dizer às pessoas que nos assistem que esse problema precisa ser realmente combatido com aportes de recursos públicos, se possível com a contrapartida da sociedade, que precisa envolver-se nesse processo. Temos vários conselhos públicos que nos podem ajudar. Tive a honra de presidir o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais por dois anos. Lá aprendi muito sobre a política de assistência social. Nesta Casa temos uma pessoa que é referência nessa política, o Deputado André Quintão, que realmente defende essa política de forma extremamente positiva. Lá no Conselho, que presidi por dois anos, conseguimos vários avanços. Acho que as comunidades terapêuticas tiveram por parte do governo de Minas uma atenção especial, que precisa continuar e ser melhorada.

Publicamente elogio o trabalho do Subsecretário de Políticas Antidrogas, Cloves Benevides. Receba os nossos agradecimentos. Ele esteve recentemente na minha cidade dando uma palestra sobre o assunto. Aliás, visitou a nossa Apadeq, que é referência. Comentava o assunto com o Deputado Glaycon, médico, da querida cidade de Conselheiro Lafaiete, e com o Deputado Doutor Wilson, conterrâneo, que é de São João del-Rei, da importância da Apadeq nesse cenário brasileiro. Realmente ela é referência nesse contexto. Vamos acreditar sempre que, quando houver necessidade de união nesse sentido, vamos contar com o apoio de todos os pares, de todos os colegas daqui. É necessário envolvermos toda a sociedade nesse trabalho. As eleições municipais estão se aproximando, portanto esperamos que os candidatos das eleições municipais sejam candidatos ao Executivo ou ao Legislativo e apresentem nas plataformas os seus desejos políticos para a sua sociedade e para as cidades, propostas que possam minimizar esse grave efeito causado pela dependência química.

Ao encerrar, Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, quero publicamente agradecer ao Governador Antonio Anastasia, ao Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, que recentemente nos receberam em audiências para tratarmos do fortalecimento da industrialização na região do Campo das Vertentes. Conseguimos uma parceria expressiva com a empresa Marluvas, de Dores de Campos. Essa empresa faz calçados de segurança e é a segunda maior do Brasil. Ela ampliará suas filiais para as cidades da região das Vertentes: Prados, São Vicente de Minas, Madre de Deus de Minas, Piedade do Rio Grande e Cruzília. Essas cidades vão receber essa parceria do governo do Estado com a empresa Marluvas para gerar mais emprego e renda na região das Vertentes. Portanto, repito, agradeço especialmente ao Governador Anastasia e a toda a sua equipe, ao Vice-Governador Alberto Pinto Coelho. Tenho certeza de que o nosso governo está cada vez mais trazendo bons resultados ao povo mineiro. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, durante aparte ao nobre Deputado Antônio Júlio abordei por um momento o assunto que me traz a esta tribuna. Julgo-o importante, até porque haverá uma audiência pública amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, sobre questões relativas à educação no Estado de Minas Gerais. Os telespectadores da TV Assembleia e os nobres Deputados e Deputadas podem estar estranhando que um assunto referente a educação seja discutido na Comissão de Direitos Humanos, e não na Comissão de Educação. Não se trata de nenhuma dificuldade com esta



Comissão. Tenho todo o apoio do Deputado Bosco quando é preciso realizar debates. Foi uma escolha feita por este Deputado e pela diretoria do Sind-UTE, que me solicitou a realização dessa audiência, por um motivo muito simples: os problemas ocorridos nas escolas estão se tornando assunto de direitos humanos, por incrível que pareça.

Neste fim de semana, estive numa pequena cidade do Norte de Minas, Coração de Jesus, reunido com cerca de 30 professores. Na sexta-feira à noite ou no sábado à noite, salvo engano, escutei muito o que eles tinham a dizer. O quadro nas escolas é muito ruim. Depois da greve, como disse a Beatriz, as escolas não foram “pacificadas”, termo do jargão da Polícia Militar. Para as escolas, seu uso também é adequado. Os professores estão em pé de guerra com o governo do Estado, e parece que isso ocorre porque o governo está em pé de guerra com os professores. A greve acabou, e não se viu o governo acenar para a educação com uma bandeira branca e um processo de negociação contínuo, que deixe para trás as mágoas, os rancores e os problemas. Em vez disso, o governo intensificou propagandas na TV, no rádio e no jornal, tentando cooptar a opinião pública, difundindo a ideia de que a educação vai muito bem e os professores é que fazem movimentos e greves injustificados. Isso gerou grande atrito entre a categoria e o governo, e as reclamações que ouvi me deixaram encabulado, reforçando a ideia da realização de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de discutir esse assunto.

Citarei alguns dados: uma professora de Química é obrigada a dar aula de Educação Física, porque o governo não está contratando professores. A ordem é contratar somente em último caso. Uma professora me disse: “Dou tantas aulas de Química, área em que sou formada, passei no concurso, mas tenho de completar minha carga horária com aulas de Educação Física”. Da mesma forma, a professora de Matemática dá aulas de Português, e a de Português dá aulas de História. Tudo para economizar não sei quanto de recursos - tentaremos saber amanhã. O fato é que isso atrapalha o ensino e a aprendizagem.

O Deputado Antônio Júlio falou das salas multisseriadas, que voltaram com toda a força nas escolas rurais do interior do Estado. O mesmo professor dá aulas para três, quatro turmas, para a 1ª, a 2ª, a 3ª, a 4ª séries e, às vezes, até para a 5ª série. Eu julgava que isso havia ficado para trás. Além de toda a pressão, as Diretoras foram obrigadas a reproduzir uma carta - que veremos amanhã -, e os professores a distribuí-las aos alunos, mesmo discordando de seu conteúdo. Nessa carta, é feita uma avaliação do período de greve, como se os professores estivessem errados ao fazer tal mobilização.

Em meu entendimento, Deputado Almir Paraca, trata-se de assédio moral dirigido às Diretoras, às Vice-Diretoras e às professoras na escola. E há uma agravante: isso foi feito com recursos do caixa escolar, os quais foram enviados pelo governo exatamente para que essa carta fosse reproduzida e distribuída aos alunos como uma afronta aos professores no período pós-greve. Agregam-se a isso as propagandas intermináveis e caras na televisão, que afrontam os professores, e o salário que está aquém do que deveria ser.

Para terminar, agrava-se a questão do piso nacional. Neste ano, o piso nacional terá um reajuste de 22%. As professoras em Minas, com todo aquele período de greve, só terão reajuste, em abril, de 5%. Vemos, então, que toda a expectativa de luta pelo piso também não foi atendida.

Sr. Presidente, esses são alguns dos pontos que serão discutidos, amanhã de manhã, na Comissão de Direitos Humanos. Ressalto que as professoras estão estressadas, cansadas, esgotadas, em pé de guerra, não estão pacificadas; por isso precisam do socorro da Assembleia Legislativa, diria até da Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Quero encaminhar favoravelmente a esse requerimento, apresentado e aprovado na Comissão de Assuntos Municipais, mas é preciso fazer um relato sobre a questão referente à Cemig.

Infelizmente, os acidentes na Cemig continuam acontecendo, e várias das questões que já levantamos não tiveram solução apresentada pela empresa. Reitero o grande carinho que tenho pela Cemig, até porque ela e a Copasa são as principais estatais de nossas Minas Gerais, mas a Cemig tem tido um comportamento inadequado no que diz respeito à segurança dos seus trabalhadores. Isso se dá porque a contratação de terceirizados é feita em grande escala e, em contrapartida, não se abrem os concursos necessários para o preenchimento dos cargos com pessoas qualificadas. Em greve recente, o Sindieleto colocou em pauta exatamente a abertura de concurso para a contratação de mais servidores. Embora tenha sido parte do acordo, isso não aconteceu, e os acidentes permanecem. No caso em tela, o requerimento que estamos votando e que encaminho favoravelmente faz a denúncia do acidente fatal que envolveu o trabalhador terceirizado Osmar Vieira da Silva.

O fato é que o quadro da Cemig está debilitado, o que favorece a ocorrência de acidentes, por vezes fatais, como esse, e, ao mesmo tempo, impede a empresa de ter o cuidado necessário com sua rede elétrica. Assim, vira e mexe, temos apagão em Minas Gerais, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Não sei se os Deputados souberam, mas, no último fim de semana, a Cidade Industrial e Contagem ficaram sem energia elétrica por várias horas, em um apagão até agora inexplicado. Não se fez um estardalhaço dessa situação, mas ela foi grave. Esse apagão durou várias horas, e depois vimos apenas uma nota nos jornais dizendo que a Cemig está investigando o motivo do apagão. Em Minas, o governo do Estado se preocupa mais em esconder o problema que em resolvê-lo, e isso está acontecendo também no caso da Cemig - quando há um problema, o que a Cemig faz é aumentar a propaganda de ser a melhor energia do Brasil e não resolve o problema. Sobre o que aconteceu em Bandeira do Sul, por exemplo, ela teima em dizer que nada houve de errado, embora todos saibam que a fiação estava caindo aos pedaços, como, aliás, acontece em diversos Municípios do interior e também na Capital: a fiação é antiga, está velha e precisa ser trocada.

Ou seja, a situação do quadro da Cemig não está resolvida. Como a empresa tem de repassar dividendos para o sócio minoritário, que agora é a Andrade Gutierrez - para a qual, por acordo de acionistas, ela tem de repassar 50% todo ano -, ela não tem o recurso necessário para fazer com que a rede tenha manutenção adequada. Assim, os acidentes aumentam, e de fato é o que temos visto e denunciado. Ora, é claro que a Cemig é a nossa principal empresa, mas ela não pode continuar agindo e, na prática, sofrendo uma privatização branca, como vem acontecendo. Assim, esse requerimento apresentado na Comissão de Assuntos Municipais é um alerta à Cemig. Solicitamos à empresa e, em especial, ao Governador Anastasia que tenham outra atitude. Não está havendo investimento - o que há, prioritariamente, é o pagamento de dividendo -; assim, a empresa vai sendo sucateada e os serviços para a população vão piorando.



Então, aqueles que são vítimas de trabalho e de fornecimento de energia não adequados lembrem-se de que isso é fruto de determinada política, do chamado choque de gestão, em que, em vez de fazer investimento nas questões sociais, nas empresas e no serviço público, o governo trabalha para não criar condições para que isso melhore.

Então, Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente esse requerimento da Comissão de Assuntos Municipais, mas não poderia deixar de expor esse quadro que, infelizmente, tem vigorado na Cemig. E não é de hoje. Já vimos isso ocorrer, já estive visitando as redes da Cemig em Belo Horizonte, com, se não me engano, a Comissão de Assuntos Municipais. A Deputada Liza Prado, que é da base do governo, foi conosco e pode testemunhar uma série de problemas - fiação apodrecendo, postes sem a menor manutenção, poste todo rachado. Ou seja, havendo qualquer problema, havendo um vento mais forte, isso aconteceria. Esse é um quadro ao qual infelizmente a Cemig está submetida. Poderia falar também da Copasa, mas há outro requerimento que gostaria de discutir.

Gostaria de pedir aos nobres Deputados que, ao fazerem análise sobre a situação da Cemig, não venham com o discurso de que ela é estatal, de que não podemos falar dos problemas que existem por se tratar de uma empresa mineira. É uma empresa mineira, mas, exatamente para se conservar e para ser uma empresa que todos nós tenhamos orgulho em defender, precisa ser uma empresa que preste serviço de qualidade, com preços mais baratos para o povo de Minas Gerais. A Cemig fica repetindo que é a melhor empresa do Brasil, a energia mais barata, a melhor energia do Brasil, e isso não condiz com os fatos que estão acontecendo. Eis aqui um pedido público de esclarecimento do que aconteceu nesse apagão do final de semana.

Então, peço aos Deputados a votação favorável desse requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que se pedem informações da empresa Engelminas referentes à denúncia do Sindieleiro de não abertura de comunicação de acidente de trabalho após acidente fatal envolvendo o trabalhador terceirizado Osmar Vieira da Silva. Que isso sirva também como uma cobrança de melhora de atendimento por parte da Cemig e de contratação de trabalhadores no quadro da Cemig por meio de concurso público. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, é claro que sou favorável a esse pedido de informações ao Presidente da BHTRANS sobre o número de infrações por excesso de velocidade cometidas em 2011. Ao mesmo tempo, apresentei um requerimento também na Comissão de Transporte, que foi aprovado, e o Deputado Adalclever Lopes, Presidente, ficou de marcar a reunião. E lhe solicitaria que, aproveitando o momento, fizéssemos a marcação da reunião sobre o assunto que relatarei de maneira rápida, exatamente sobre a Lei Seca em Minas Gerais e a incidência em Belo Horizonte. Gostaria de saber, Presidente, o que há de dados relevantes dos efeitos da Lei Seca no Estado de Minas Gerais, se houve ou não diminuição a partir de quando essa lei passou a ser mais fiscalizada em Minas Gerais. A fiscalização demorou a ser feita em Minas; já havia no Rio de Janeiro, por exemplo, há mais tempo, e por meio dela houve diminuição. Numa ocasião veio um Deputado do Rio de Janeiro aqui e nos relatou que o índice de acidentes graves com carros na cidade do Rio de Janeiro havia diminuído bastante com a aplicação rigorosa da Lei Seca. É claro que ela é uma lei federal, mas a sua implementação depende do Estado, fundamentalmente de uma política a ser implementada pelo governo do Estado.

Abro um parêntese, porque tudo que se cobra do governo do Estado, alguns Deputados falam para cobrar da Dilma. Mais dinheiro da Presidenta Dilma. Isso não precisa nem de muito recurso, já existem os órgãos do governo.

É preciso haver vontade política para implementar a Lei Seca em Minas Gerais, ela que aliás passou a ser aplicada em Belo Horizonte recentemente. Acredito que já conseguiremos ter um bom parâmetro sobre a sua implantação, que, em Minas, Deputado Sávio Souza Cruz, foi atrasada. Não sei os motivos por que não se aplicou a Lei Seca em Minas Gerais desde o início, como fizeram outros Estados. Houve uma diminuição muito grande de acidentes tanto em estradas quanto... Aliás, conforme disse o Deputado Doutor Viana, já há uma diminuição de 20,6%, o que é muito. Muitas vidas são salvas a partir de uma lei. Portanto, precisamos de uma aplicação rigorosa dessa lei. É óbvio que votarei favoravelmente a esse requerimento.

Solicito ao Deputado Adalclever Lopes que, na Comissão de Transporte, façamos um balanço da Lei Seca em Minas Gerais, de quantos por cento de vidas ela salvou e se a sua aplicação é suficiente. Além disso, se há bafômetros suficientes. As pessoas não precisam vir do Rio de Janeiro com medo de bafômetro em Minas Gerais. É preciso apenas que, ao beberem, não dirijam. Podemos ter essa cautela, que, aliás, tem sido tão citada. Não adianta. Sair de Minas Gerais agora já não... As pessoas que não gostam muito de Minas Gerais e preferem o Rio de Janeiro não precisam ficar com esse receio. É só o cidadão ou a cidadã não pegar o volante quando beber. Isso é importante. O Rio de Janeiro deu exemplo. É preciso que aqui isso também seja rigoroso. As pessoas não podem atrasar um processo em razão de o motorista ainda não estar acostumado a essa tão importante legislação.

Então a cobrança que faço é que marquemos rapidamente uma reunião na Comissão de Transporte para fazermos um balanço sério sobre essa questão da Lei Seca no Estado. Além disso, que o governo do Estado seja rigoroso nisso. É preciso que a Lei Seca seja estabelecida com rigor em Minas Gerais, a exemplo do Rio de Janeiro. Aliás, no Rio é preciso haver um rigor a mais agora para que todos os que cometam esse excesso, que a legislação não permite, sejam punidos. Em Minas Gerais isso também precisa acontecer. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Henrique* - Sr. Presidente e demais Deputados, quero fazer um rápido registro. Hoje, na Comissão de Transporte, aprovamos um requerimento de minha autoria, voltando à discussão sobre as obras da BR-381 e da BR-040 e do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Em março do ano passado, nós, numa comissão de Deputados, estivemos em Brasília com o Ministro Alfredo Nascimento, que na ocasião anunciou que as obras se iniciariam no primeiro semestre de 2012 e que os projetos executivos já estavam prontos para o edital, ou seja, a execução do projeto.

Surgiu, então, um escândalo envolvendo o Ministério dos Transportes. De forma acertada, a Presidente Dilma modificou a estrutura do Ministério demitindo o Ministro Alfredo Nascimento e o seu secretário. Voltou à estaca zero esse assunto da ampliação e duplicação das BRs-381 e 040 e do Anel Rodoviário. Acredito que este seja o momento para que esta Casa, por seus Deputados, resgate esse assunto e cobre um posicionamento do governo federal com respeito a essa obra tão importante para Minas Gerais, para



os mineiros e, por que não dizer, para o Brasil, já que a malha rodoviária compreendendo as BRs-381 e 040 é importantíssima, assim como o Anel Rodoviário que corta a cidade, ligando-a a outras cidades do País.

Naturalmente, é preciso articular. Portanto, peço aos Deputados colaboração e influência em Brasília para que essa comissão que lá esteve retorne a esse encontro com o novo Ministro dos Transportes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, é fundamental que seja prorrogado o prazo de funcionamento dessa importante Comissão, porque ela vem desvendando uma grave mistificação promovida pela grande máquina da mídia, que o governo de Minas moveu, nos últimos anos, em Minas Gerais. Nos últimos anos, ouvimos exaustivamente falar do choque de gestão, do déficit zero e até do famoso PIB da China. Agora descobrimos atônitos que a dívida de Minas Gerais, apesar do choque de gestão, teve uma explosão. O governo Aécio Neves recebeu o Estado com uma dívida de cerca de vinte e poucos bilhões, e agora ele chega, com os R\$7.000.000.000,00 aprovados por esta Casa, no final do ano passado, em termos de autorização legislativa, para a contração de novos empréstimos, próximo aos R\$80.000.000.000,00 de dívida.

Minas Gerais é o Estado que possui a maior dívida relativa entre todos os Estados da Federação. Comparando a dívida do Estado com o seu Orçamento, Minas Gerais é o mais endividado dos Estados brasileiros. Curiosamente, justamente o Estado que propugna por todo o País afora que possui déficit zero, que possui choque de gestão, que possui um modelo avançado de gerenciamento, de gestão, de modernidade, etc., etc., etc. Agora assistimos atônitos a essa contradição, a essa grave contradição. O Estado que, há anos, anuncia que tem déficit zero, agora tem a explosão da dívida.

Então é fundamental que aproveemos esse requerimento, para que, em mais 30 dias, consigamos esclarecer um pouco aos mineiros o que acontece em Minas Gerais, ou seja, a existência dessas duas Minas, que insisto em dizer: a Minas real, que é a Minas da dívida, da greve dos professores, do aumento da violência, da doença desassistida, que cresce menos que o Brasil, e a Minas da mídia, onde todos nós gostaríamos de morar. Falo que todos nós gostaríamos de viver na propaganda do governo de Minas. Como, infelizmente, nós, mineiros, temos de viver na Minas real, é preciso conhecê-la melhor. Só conhecendo a Minas real, só admitindo os problemas que temos é que poderemos dar o primeiro passo para resolver os nossos problemas.

E por que não podem admitir os problemas que existem em Minas Gerais? Porque em Minas Gerais não temos projeto de governo, não temos planos de governo. Temos um plano de “marketing” eleitoral. O governo de Minas foi apropriado por um grupo que quer usar toda a estrutura do governo para uma campanha permanente, uma campanha eleitoral da obsessão presidencial do Senador Aécio Neves. E do plano de “marketing” da campanha do Senador Aécio Neves faz parte a criação de um mito: o de um gestor infalível, do governante que não erra, que acerta em todos os sentidos e que transformou Minas Gerais em uma espécie de filial do paraíso. Daí a construção dessa Minas do “marketing”, da Minas midiática, da Minas que não tem problemas. Enquanto não se admitem os problemas, eles se agravam.

Descobrimos, de forma perturbadora, que Minas Gerais é o único Estado do Sudeste em que a violência vem crescendo. Belo Horizonte tem índices de homicídios três vezes superiores aos de São Paulo, superiores aos do Rio e só inferiores aos de Vitória entre as Capitais brasileiras. Portanto, temos péssimos indicadores na área de segurança e de educação. Tivemos a maior greve da história da educação no ano passado, com 112 dias, e o governo teimando em não cumprir o piso nacional do salário dos professores, a categoria cada vez mais humilhada, até com propagandas ofensivas à situação de penúria em que vivem os educadores mineiros.

É essa contradição que costumo chamar de esquizofrenia política, a coexistência simultânea das duas Minas: a Minas real, a Minas dos problemas, a Minas da dívida, a Minas da doença não assistida, a Minas da violência, a Minas da greve dos professores, a Minas quebrada e a Minas da propaganda, a Minas paradisíaca, a filial do paraíso, a Minas da campanha do Senador Aécio Neves.

Portanto, é muito bom que se prorogue o prazo da comissão da dívida para que essa contradição fique cada vez mais exposta e os mineiros vejam o plano de “marketing” que virou o governo de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente em nome da Bancada do PSD, da qual participamos como Vice-Líder. Dentro das colocações feitas pelo Deputado Sávio Souza Cruz, cabem algumas reflexões dos que estão nesta Casa e dos mineiros e mineiras que nos estão assistindo pela TV Assembleia. No governo de Minas, de Aécio para cá, houve uma necessidade de reestruturação do Estado, que dava prejuízo. Ao final de cada mês, as contas não fechavam. Hoje, Minas paga ágio para a União. Ou seja, a União cobra agiotagem, nem juros é, e Minas continua pagando o que não deve.

O Deputado Sávio, que é muito inteligente, leva o debate para o lado da possibilidade da publicidade, mas nunca discutimos os números reais. O governo Aécio-Anastasia encontrou Minas em uma situação em que, ao final de cada mês, os professores do Estado não recebiam seus vencimentos, e só recebiam 45 dias após o efetivo exercício do magistério. Outros funcionários também não tinham dedicação do Estado, que não lhes dava a segurança de trabalhar nem de ter remuneração justa.

Hoje o Rio Grande do Sul foi obrigado, pela Justiça, a pagar o piso nacional, enquanto Minas já o faz. Vimos, em algumas oportunidades, por meio das falas de alguns membros da Oposição, que às vezes eles se preocupam em demasia com o sucesso de Minas, mas se esquecem de discutir, nesta Casa, o fracasso do governo federal. Graças a Deus os números de Minas são, na medida do possível, excelentes. O Deputado Sávio falou sobre segurança pública. Realmente os índices relativos à criminalidade aumentaram em Minas Gerais, mas é inegável que o governo de Minas foi o que mais investiu em segurança pública. É inegável que tal governo tem feito de tudo para que possamos dar à família mineira a tranquilidade necessária. Temos visto em todo o Brasil a proliferação do “crack”. A luta contra o “crack” tornou-se hoje uma batalha séria. Nesse aspecto, é necessária a ajuda do governo federal. Falo em ajuda do governo federal, porque ele detém toda a arrecadação, mas repassa míseros centavos para os Estados cuidarem da segurança pública. Refiro-me a uma parceria do Estado com a União.

O requerimento, que determina o estudo da dívida, é salutar e oportuno. Faço o encaminhamento de forma favorável porque a dívida dos Estados com a União está sendo corrigida pelo IGP-DI, que está acima da inflação, e não se tem dado aos Estados a oportunidade de discussão. Quando da feitura do contrato, ficou determinado que o desconto dos juros seria feito no momento em que



a União fizesse o repasse do Fundo de Participação dos Estados, o que não pode ser questionado. Ouvi, nesta semana, uma notícia que até me deixou satisfeito, segundo a qual o Vice-Presidente da República, do PMDB, do qual faz parte o Deputado Sávio Souza Cruz, manifestou-se favoravelmente à baixa do índice de correção da dívida dos Estados, não só do de Minas Gerais. Para isso, tem mantido entendimentos com a Presidência da República.

Não podemos aceitar a confusão que fazem alguns parlamentares quando falam em choque de gestão. Essa expressão tem de ser levada a sério e vista como exemplo. A Presidente Dilma também tem feito um choque de gestão em âmbito federal. O choque de gestão é respeitado porque o Estado gasta pouco, mesmo arrecadando muito. Esse é o choque de gestão, que fez as correções. O Estado, que gastava muito e arrecadava pouco, passou a arrecadar mais e a gastar menos com sua folha. Foram inúmeros os quesitos que tivemos em Minas Gerais, os avanços em decorrência da praticidade do choque de gestão. A publicidade tem de ser feita com paridade, considerando o tamanho do Estado de Minas Gerais. O choque de gestão é, para Minas e para o Brasil, um exemplo de governabilidade, de valorização e aplicação devida dos recursos públicos. Portanto, deve ser respeitado.

Devemos ficar agradecidos ao governo, que pôde colocar em prática tudo isso, a fim de dar aos mineiros um novo formato de Estado, com obras, como as que tivemos. Toda Minas Gerais está asfaltada. Estive, nesse final de semana, comemorando o aniversário da pequena Camacho, uma cidade, caro Presidente, com menos de 6 mil habitantes, interligada a Itapecerica. De Itapecerica a Camacho, são 30km. Sou Deputado majoritário de lá, com quase 800 votos. Fui saudar os camachenses no dia da cidade. Itapecerica foi ligada a Camacho pelo asfalto.

Quando vamos à região de Icarai de Minas, depois de Montes Claros, próximo ao São Francisco, percebemos que há asfalto de Belo Horizonte até a beira desse rio. Nota-se que Minas Gerais é outra. Minas Gerais é hoje uma Minas que é exemplo para o Brasil e para o mundo. Gosto sempre de me reportar a um ditado antigo: O pior cego é aquele que não quer enxergar. Esse, para mim, é o pior. É aquele que vê, nos pequenos problemas, a oportunidade de fazer barulho para chamar atenção. Problema todo mundo tem, eu tenho os meus, o Município tem os dele, assim como o Estado e a União, que possuem muitos.

Quero dizer a V. Exa. e aos demais pares desta Casa que o governo de Minas hoje é um exemplo. Os índices que temos para nos vangloriar são muito maiores que aquele pequeno incidente que talvez tenha ocorrido na área da segurança. Temos tido um ano atípico e temos enfrentado mais problemas. Irei a Ouro Branco, daqui a alguns dias, a convite da equipe do Partido Social Democrata – PSD - inaugurar o Olho Vivo. Estão todos satisfeitos com mais essa inauguração, que significa segurança pública. Aonde vamos temos tranquilidade, porque Minas Gerais é um Estado promissor, progressista, ordeiro, com um povo que é exemplo para o Brasil. Comemorar, meu caro Presidente, brindar as coisas boas e reconhecer os valores daqueles que os têm é uma atribuição do mineiro, do mineiro que sabe enxergar em seu adversário suas qualidades.

Para terminar, meu caro Presidente, vemos famílias sobrevivendo dos lixões, retirando dali o sustento para si e para seus filhos, buscando sobreviver com a venda do que pode ser reaproveitado ou até mesmo com alimentos retirados desses lixões.

Tenho certeza de que de onde menos esperamos é que virão as boas ideias e as contribuições positivas. Uma posição construtiva dará a Minas Gerais, ao governo e a esta Casa uma contribuição efetiva para mudarmos o que for possível e que parte da Oposição acha que deve ser mudado. Acima de tudo, esperamos a contribuição da Oposição para o debate saudável, visando enaltecer e engrandecer o governo de Minas naquilo que é positivo, naquilo que é exemplo, naquilo que é bom. Às vezes não adotamos a posição de alguns membros da Oposição, que não reconhecem o que é bom e não falam das coisas boas de Minas. Então, meu caro Presidente, ninguém atira pedra em árvore que não tem fruto. Da mesma forma, dizem em Campo Belo, minha região, que não se chuta cachorro morto. Com as pedras que se atiram, poderemos, com toda certeza, continuar edificando uma Minas cada vez maior. Ou seja, essas pedras podem ser aproveitadas para construir a Minas que todos nós desejamos e que temos visto ser erguida pelo Governador Anastasia, por toda sua equipe e pelo Senador Aécio Neves, considerando-se sua contribuição no governo de 2003 até 2008. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sou membro e relator da Comissão da Dívida Pública. Lamento que, em um pedido de prorrogação de um trabalho tão dedicado como o que temos feito, sob a direção do Deputado Adelmo Carneiro Leão e sob a direção maior de V. Exa., Deputado Dinis Pinheiro, se queira fazer uma exploração política em torno da dívida pública de Minas Gerais. Por que isso? Porque, do total de 27 Estados brasileiros, 25 deles estão na mesma situação. Por quê? Porque os juros que esses Estados pagam são equivalentes a 20%. São cerca de 7,5% de juros, mais a correção do IGP-DI, elevando-se para aproximadamente 20%. Enquanto isso, o BNDES está emprestando dinheiro para empresas particulares a 5,7%. Ele exige que a empresa particular tenha a garantia plena de pagamento. Ora, os Estados, incluindo-se Minas Gerais, têm plena garantia de pagamento. Por quê? Porque, se não pagarem, terão desconto no Fundo de Participação dos Estados, com a garantia plena. Nada justifica cobrar juros e serviços da dívida tão altos quanto cobram. Ora, cobrando 20% de juros e serviços, não há nada que chegue. Quanto mais se paga, mais se deve. É o que acontece com todos os 25 Estados brasileiros. Nas palavras do Deputado Sávio Souza Cruz, a culpa é de Aécio Neves e Anastasia.

Como pode acontecer isso? Evidentemente, há uma direção proposital, talvez pela preocupação de o Aécio Neves chegar à Presidência da República ou de o Anastasia fazer um grande governo, como todos estamos enxergando que fará - e já está fazendo. Deputado Rômulo Viegas, confunde-se, propositalmente, déficit público com dívida pública. O Deputado Sávio Souza Cruz sabe perfeitamente que dívida pública é uma coisa e déficit público é outra diferente. Já fizemos um pronunciamento sobre essa questão.

O Choque de Gestão trouxe a zero o déficit público. E por quê? Todos sabem que déficit público é despesa maior que arrecadação anual. E isso ocorria, no início do governo Aécio-Anastasia, em R\$2.200.000.000,00. Foi o que ele zerou – e o povo mineiro sabe que foi isso -, equilibrando as finanças do Estado de Minas Gerais. E os dois, Aécio e Anastasia, com toda a equipe, passaram a fazer um dos maiores governos da história do Estado de Minas Gerais. Obras foram feitas em todas as áreas: educação, saúde, telefonia, asfaltamento, infraestrutura urbana e assim por diante. Nenhum dos Municípios mineiros recebeu menos de três obras. Eu era Prefeito e sei perfeitamente disso.



Então, o governo marcou, na história de Minas, uma época extraordinária, que colocou Minas nacionalmente como referência em termos de obras e organizações. Inúmeros Estados brasileiros vêm verificar o que aconteceu em Minas Gerais. Em primeiro lugar, aconteceu o Choque de Gestão, que resultou no que foi feito e continua sendo feito no governo Anastasia.

Agora, dívida pública é outra coisa totalmente diferente. Essa dívida pública começou há mais de 30 anos e foi renegociada com o governo federal em 1998. A partir daí, a correção veio por meio do IGP-DI, que cresceu 206% de 1998 a 2010, enquanto o IPCA cresceu 120%. O IGP-DI cresceu o dobro, e os juros estão beirando 20%. Os Estados estão comprometidos em 13% da sua receita líquida. É isso que estamos combatendo; é esse estudo que estamos aprofundando na Comissão Especial da Dívida Pública.

V. Exa., Sr. Presidente Deputado Dinis Pinheiro, reuniu neste Plenário inúmeros Presidentes, Secretários de Fazenda, membros de comissões e lideranças de várias entidades a fim de discutir a dívida pública. Ouvimos os Presidentes das Assembleias do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Vice-Presidente da Assembleia do Estado do Espírito Santo, o Presidente da Unale, o representante da Assembleia Legislativa do Acre e outros que vieram aqui. Estamos recebendo convites para ir a outros Estados brasileiros. Haveremos de sair pelos Estados, discutindo a dívida pública e levando uma proposta razoável e uniforme à Presidência da República para convencê-la a fazer a renegociação das dívidas públicas dos Estados brasileiros de modo geral. A partir daí, queremos, futuramente, renegociar as dívidas dos Municípios, pois inúmeros deles estão com o mesmo compromisso. Mas esbarramos em uma questão: 70% do que se arrecada em tributos neste país fica em Brasília. Os outros 30% são distribuídos a todos os Municípios e Estados brasileiros. Portanto, a situação é completamente injusta.

Ouvi o Deputado Duarte Bechir responder à questão da segurança pública e quero lembrar ao Deputado Sávio Souza Cruz que o sistema de segurança pública em Minas foi mudado em 2004, quando se implantou o sistema de defesa social, buscando a integração das Polícias. De 2004 em diante, o índice de violência vem caindo. É verdade que, em 2011, esse índice aumentou novamente. Infelizmente, a situação vem se alterando, mas o combate é permanente. Qual é a causa maior do aumento da violência neste país? Todos sabem que é o tráfico de drogas. Cerca de 80% dos crimes cometidos no Brasil têm raiz no tráfico de drogas. Por que não se combate a entrada de drogas nas nossas fronteiras? Isso compete ao governo federal, que não mandou um centavo em 2004, 2006, 2008 e 2010 para o Fundo Penitenciário de Minas Gerais. Tudo isso precisa ser dito desta tribuna. Por questão de justiça, de absoluta inconsistência e por não corresponderem à verdade, estamos rebatendo as palavras do Deputado Sávio Souza Cruz.

Encaminhamos favoravelmente ao requerimento da Comissão Especial da Dívida Pública do Estado, para que tenha mais um prazo de 30 dias.

O Deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente à prorrogação da Comissão da Dívida Pública por mais 30 dias, até para que o PSDB e os representantes do governo Anastasia expliquem como o déficit era zero e agora é de R\$70.000.000.000,00. Acho que 30 dias é pouco para explicar ao povo a exploração política feita pelo Governador Aécio Neves e seguida pelo Anastasia. Por oito anos, disseram ao povo mineiro e brasileiro principalmente que o déficit era zero. De repente, nas poucas vezes em que ocupou a tribuna do Senado, em Brasília, o Senador disse que a dívida é impagável. No final do ano passado, o Governador Anastasia remeteu projeto a esta Casa, e contra o voto do PT e do PSDB, aprovou mais R\$7.000.000.000,00, tornando-a ainda mais impagável. Então, são R\$77.000.000.000,00 de dívida, e um Estado quebrado. E quem o quebrou não pode ser outro senão o PSDB, do governo Azeredo até agora. Não é justo dizer que isso é culpa da Presidenta Dilma, sinceramente. Na verdade, Deputados e telespectadores, o acordo foi feito pelo Governador Eduardo Azeredo. Na época, todos os governos se submeteram ao acordo perverso e ditado pelo Fundo Monetário Internacional. Quem presidia a Câmara dos Deputados e depois foi líder de governo era o Deputado Federal Aécio Neves. Então, o Presidente era o FHC, que, junto com Aécio Neves e Azeredo fizeram essa dívida pública. Ressalta que as Bancadas do PT e do PMDB votaram contra os termos, que eram draconianos. Se há agiotagem, ela veio de lá. Isso precisa ficar claro. Por isso, acho que mais 30 dias será bom para que o povo saiba disso.

Por meio de um receituário neoliberal, o governo criou o que chamava de choque de gestão e déficit zero. O choque de gestão foi desmascarado pelos movimentos sociais dos servidores públicos e fez com que houvesse a maior greve da história de Minas Gerais no ano passado: foram 112 dias. Isso liquidou com a possibilidade de melhorias no sistema educacional, por teimosia do governo em negociar o pagamento do piso. Novamente o PSDB disse que a Dilma é quem tinha de pagar o piso. Ora, para que governo estadual, se o governo federal tem de arcar com todo tipo de despesa, incluindo o pagamento dos professores?

O caso da segurança pública também foi desmascarado agora. Não basta dizer que o governo federal não enviou recursos, porque no Rio de Janeiro e em São Paulo, governo do PSDB, houve diminuição da criminalidade. O governo de lá passou a ver que existia um programa e buscou soluções.

Aqui o problema foi escondido durante um ano, sem que os dados de criminalidade fossem colocados para o povo mineiro. Portanto, tivemos esse problema na área de segurança pública.

Também faz parte do choque de gestão o investimento na área da saúde inferior ao que determina a Constituição. Inclusive, o Senador Aécio Neves, como Governador, ficou como réu de um processo do Ministério Público que se refere a um recurso de 4,3 bilhões, que ficaram faltando para a educação pública em Minas. O Ministério Público aciona o ex-Governador para que responda pelo pagamento desses 4,3 bilhões inferiores ao que mandava a Constituição. Na verdade, esses são alguns exemplos para mostrar que, infelizmente, o Choque de Gestão fez com que Minas Gerais andasse para trás do ponto de vista das questões sociais. Mesmo com toda dificuldade, isso está sendo demonstrado agora por nós, do Minas sem Censura e o movimento social, pois temos a obrigação e o dever de fazer. Acredito que estamos cumprindo bem o nosso papel de demonstrar isso ao povo mineiro.

Deputado Sávio Souza Cruz, creio que cabe ao governo do Estado reconhecer o problema e tentar resolvê-lo. Ele não pode agir como mero comitê eleitoral para o futuro, para a Presidência da República, escondendo os problemas e não agindo como governo. Agindo dessa forma, o Estado perde. Acho que 30 dias é pouco para que o governo possa explicar como essa dívida saiu de 14 bilhões, passou para 70 bilhões e está chegando a quase 80 bilhões com um “déficit zero”. Haja ginástica para explicar tanta exploração política feita no passado. Sou favorável à aprovação do requerimento.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 5/3/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão

exonerando, a partir de 12/3/2012, Kely Mourão Barroso do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Carlos Miranda

tornando sem efeito os atos publicados no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 9/3/2012, que exoneraram João Bosco da Silva Resende do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

Telma Antônia de Oliveira Nunes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando, a partir de 12/3/2012, Suzana Magalhães Mourão do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Alessandro Paulo Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Francisco Eduardo Espinola Dias para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Suzana Magalhães Mourão para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas.

ATOS DO SR. PRESIDENTE

Na data de 5/3/2012, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 2/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01 e 2.491, de 9/8/10, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 12/3/2012, Geraldo Magela Magalhães Silva da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal;

dispensando, a partir de 12/3/2012, Washington Antônio José Barbosa da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal;

designando Geraldo Magela Magalhães Silva para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal;

designando Saulo Wagner de Oliveira para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal;

designando Washington Antônio José Barbosa para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal.